

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA**

***PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA***

MARIA CLEONICE DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE
IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**UBERABA – MG
2019**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

MARIA CLEONICE DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE
IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia – Processos Formativos e Práticas Educativas em Educação Tecnológica.

Orientador:

Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM
Campus Uberaba-MG

S85a SOUSA, Maria Cleonice.
Avaliação de egressos do curso de cuidador de idosos e
sua contribuição social / Maria Cleonice Sousa – 2019.
79 f. - 29,7cm x 21cm: il.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus*
Uberaba/MG, 2019.

1. Egresso. 2. Avaliação. 3. Social. 4. Cuidador. I. Estevam,
Humberto Marcondes. II. Título.

CDD 371.26

MARIA CLEONICE DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE
IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Uberaba, 31 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam
(IFTM – Orientador)

Prof. Dr. Ernani Viriato de Melo
(IFTM – Membro Interno)

Profa. Dra. Regina Maura Rezende
(UFTM – Membro Externo)

**UBERABA – MG
2019**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Matheus aos meus pais Alderico e Maria das Graças e ao meu esposo Murilo pela confiança incondicional.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a Deus por me conceder a oportunidade de alcançar este nível de formação acadêmica.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam, por me receber como aluna do mestrado. Grata por aceitar o meu trabalho, pela confiança, paciência, carinho respeito, sabedoria, experiência e pelo empenho que você me proporcionou nesta trajetória, por me corrigir quando necessário e nunca me desmotivar. A sua compreensão, suas correções e os conselhos nas escritas me proporcionou um aprendizado e uma visão crítica construtiva e inovadora.

Agradeço ao Prof. Dr. Ernani por ter aceitado fazer parte da qualificação e discorrer correções às quais foram de suma importância para a descrição da dissertação e por participar na defesa do mestrado.

A Prof. Dra. Regina por ter aceitado a participar da banca de defesa. Muito obrigada

Aos meus pais Alderico e Maria das Graças pela dedicação incansável e por estarem sempre ao meu lado.

As minhas irmãs Sueli, Eni, Lourdes por sempre me incentivarem aos estudos e pelo apoio incondicional.

Aos meus familiares, sobrinhos cunhados vocês são peças especiais na minha trajetória.

Ao meu esposo Murilo pela compreensão, confiança, incentivo para alcançar os meus ideais.

A minha enteada Sarah pela minha ausência neste período de estudos, você é muito especial na minha vida.

A minha sogra Terezinha, por estar presente e, com suas crenças religiosas, me dado força para momentos de fragilidades. Agradeço eternamente pelas suas orações.

A Carmem e Rita que cuidaram de mim com todo carinho e dedicação, sem vocês eu não teria conseguido me dedicar aos meus estudos.

Aos meus professores do IFTM pelos ensinamentos e dedicação, pois foram de suma importância para esta trajetória educacional.

A todos os colegas de sala do mestrado IFTM, pessoas que tive o prazer e de conhecer e conviver por este período.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM pela disponibilidade em atender as necessidades e pelo apoio ao meu projeto.

As supervisoras pedagógicas Minéia e Daniela por confiarem em mim e estarem sempre presentes nesta jornada e pela contribuição para o meu crescimento educacional.

Aos diretores, Selma e Cintia por tornar possível me dedicar aos estudos, pela confiança em mim como profissional, reafirmando a filosofia da instituição SENAC em dar ênfase e apoio ao crescimento educacional tanto dos alunos como dos orientadores.

A Instituição SENAC pelo apoio e pela disponibilidade de concluir este mestrado.

As minhas amigas e colegas de trabalho Graziela, Silvania, Magda e Nayara pelos ensinamentos e por confiarem sempre no meu trabalho, me incentivando, em especial a Nayara por sua dedicação e ensinamentos, você foi mais que especial nesta trajetória.

Aos alunos do curso de cuidador de idosos que foram essenciais nesta pesquisa, aprendi muito com cada um e me fizeram ver a importância do conhecimento para vocês se profissionalizarem nos cuidados aos idosos, que fazem com tanto carinho.

Em especial agradeço ao meu filho Matheus a quem dedico este trabalho por sempre estar ao meu lado colaborando em todos os aspectos e por me incentivar sempre. Muito obrigada!

Por fim, eu agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram para a construção desta pesquisa e realização de um sonho.

Feliz aquele que transfere o que sabe e que aprende o que ensina.
(Cora Coralina).

SOUSA, Maria Cleonice. **Avaliação de egressos do curso de cuidador de idosos e sua contribuição social** (Mestrado Profissional *Stricto Sensu* – Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia – Processos Formativos e Práticas Educativas em Educação Tecnológica). Orientador: Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam.

RESUMO

O presente trabalho mostra a trajetória da educação profissional no Brasil e como parte integrante da pesquisa a “Avaliação de egressos do curso de cuidador de idosos e sua contribuição social”, o que destaca a importância da profissão para o mercado de trabalho e a população idosa em ter um profissional especializado em suas atividades diárias. A “Educação Profissional” é um tema frequente em pesquisas na área da educação no Brasil, neste contexto, tem-se observado o aumento do número de cursos ofertados pelas instituições de educação profissional, assim como o número de estudos sobre a temática no cenário nacional, como profissão importante e que contribui a sociedade, Teve como objetivo principal avaliar a formação, as contribuições sociais e a autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos, um estudo transversal, descritivo, observacional e analítico com abordagem quali-quantitativa. A amostra foi constituída de 51 egressos e como resultado, concluiu-se que com a formação profissional os egressos adquiriram conhecimentos necessários para o trabalho e a inserção no mercado de trabalho, prevalecendo na atividade o cuidador informal, destacando que o reconhecimento profissional e as deficiências do conhecimento são fatores preocupantes. Foi demonstrada a relevância da construção da educação profissional para a elevação da autoestima geral, com boa média de aprovação por parte dos egressos. A pesquisa aponta a importância de dar continuidade nos estudos que referem aos cuidados com os idosos e a profissionalização para atuar nesta profissão.

Palavras chave: Egresso; Avaliação; Social; Cuidador; Idoso; Formação Profissional.

SOUSA, Maria Cleonice. **Evaluación de los graduados del curso de cuidadores de personas mayores y su contribución social** (Stricto Sensu Professional Master's Degree - Área de concentración: Educación, Línea de investigación: Educación, Trabajo, Ciencia y Tecnología - Procesos formativos y prácticas educativas en educación tecnológica). Política de privacidad. Consejero: Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam.

RESUMEN

Este estudio muestra la trayectoria de la educación profesional en Brasil y, como parte integral de la investigación, la "Evaluación de los graduados del cuidador de ancianos y su contribución social", destacando la importancia de la profesión para el mercado laboral y la población de ancianos. Tener un profesional que se especialice en sus actividades diarias. La "educación vocacional" es un tema frecuente en la investigación educativa en Brasil. En este contexto, ha habido un aumento en el número de cursos ofrecidos por instituciones de educación profesional, así como en el número de estudios sobre el tema en el escenario nacional. , como una profesión importante que contribuye a la sociedad. Su objetivo principal es evaluar la educación, las contribuciones sociales y la autoestima de los graduados de un curso de cuidadores de personas mayores. Este es un estudio transversal, descriptivo, observacional y analítico con un enfoque cualitativo. La muestra consistió en 51 graduados y, como resultado, se concluyó que con la formación profesional los graduados adquirieron los conocimientos necesarios para el trabajo y la inserción en el mercado laboral, prevaleciendo en la actividad informal del cuidador, enfatizando ese reconocimiento profesional y las discapacidades de conocimiento son factores preocupantes. Se demostró la relevancia de la construcción de la educación profesional para la elevación de la autoestima general, con un buen promedio de aprobación por parte de los graduados. La investigación señala la importancia de continuar los estudios sobre el cuidado con los ancianos y la profesionalización para trabajar en esta profesión.

Palabras clave: Egreso; Evaluación; Social; Cuidador; Anciano; Formación profesional.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de frequência para atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC de Uberaba, Minas Gerais, 2019.	48
Tabela 2	Distribuição de frequência das variáveis sobre a contribuição para atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC MG, 2019.	51
Tabela 3	Comparação da média dos escores de autoestima segundo variáveis sociodemográficas e de atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC Uberaba, MG, 2019.	53
Tabela 4	Modelo final de regressão linear múltipla do escore de autoestima e variáveis sociodemográficas e de atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.	54

LISTA DE SIGLAS & ABREVIACOES

CEI	Centro de Estatística e Informações
CNC	Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo
EAR	Escala de Autoestima de Rosenberg
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
MG	Minas Gerais
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAD	Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSI	Política Nacional de Saúde do Idoso
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SUS	Sistema nico de Saúde
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Projeção da população idoso do Brasil de 2000 a 2060.	26
Gráfico 2	População idosa de Minas Gerais.	28
Gráfico 3	Atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC, Uberaba MG, 2019.	49
Gráfico 4	Contribuição para atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC, Uberaba MG, 2019.	52
Gráfico 5	Motivação Profissional que impulsionou os egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC, Uberaba MG, 2019.	55
Gráfico 6	Dificuldades Encontradas na Prática Profissional os egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC, Uberaba MG, 2019.	57
Gráfico 7	Contribuição social e conhecimento na Prática Profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC, Uberaba MG, 2019.	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estatuto do idoso.	30
-----------------	--------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO	24
População Idosa de Minas gerais	27
Políticas públicas no Brasil e o idoso	28
Cuidador de idosos	33
CAPÍTULO II - A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	35
Política de Educação Profissional	40
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
Caracterização da atuação profissional dos egressos de um curso de cuidador de idosos ...	48
Contribuição do curso de cuidador de idosos para atuação profissional dos egressos.....	50
Autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos	53
Fatores associados a melhor autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos .	53
CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – CARTA CONVITE	69
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	72
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO	74
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	78

INTRODUÇÃO

É importante destacar que a situação dos idosos no Brasil é crescente e isto se justifica principalmente pelo avanço na área da saúde, como diagnósticos precoces e mais precisos, o que permite tratamento inicial das patologias com mais chances de sobrevivência. Este fato incentiva os profissionais cuidadores de idosos a buscarem conhecimentos específicos para sua atuação, assim prestar cuidados especializados com embasamento para atender as necessidades, as quais são fundamentais e proporciona a segurança e o envelhecimento do idoso, dentre os cursos ofertados em prol a saúde do idoso, destaca-se o curso de Cuidador de Idosos, tema de investigação desta pesquisa. Portanto, enfatiza esta pesquisa como os idosos chegarão à terceira idade (> 60 anos); frente às desigualdades presentes no cenário da sociedade, como à saúde, moradia, direitos sociais, fatores esses que são preocupantes e ocasionam a uma proporção elevada de idosos que se encontram em situações de abandono ou vivendo em precariedades, situações que remete ao desafio governamental, com as implementações de políticas públicas (MARQUES *et al.*, 2010).

Os cuidados específicos para os idosos são atos desafiadores para a saúde pública, tendo em vista que as limitações e as doenças crônicas ocorridas na terceira idade podem ser devido às alterações de um ciclo da vida que sobrevém com o envelhecimento, o qual é exigido o empenho integral e exclusivo na maioria das vezes. No entanto, é essencial ter um profissional cuidador, podendo ser formal ou informal, para auxiliar nos cuidados diários, como: higienização, alimentação, medicações, atividades físicas, envolvimento social, tudo em consonância para a busca de um envelhecimento saudável (ARAÚJO *et al.*, 2013). A categoria como profissional (cuidador de idosos) é relativamente nova no Brasil, sendo considerada uma profissão de suma importância para a sociedade, e por consequência, objeto de propostas ações e intervenções governamentais para sua atuação. Para se referir ao profissional outra categoria era utilizada como a de acompanhante que auxiliava nos cuidados, porém não possuía a formação, prestava os cuidados, sem embasamento teórico prático (DEBERT; OLIVEIRA, 2015). Diante do exposto, ressalta-se a importância de oferecer o curso de cuidador de idosos aos indivíduos que exercem esta atividade, elevando seus conhecimentos e sua aplicabilidade assim sendo proporcionar qualidade de vida ao idoso e ao cuidador.

No entanto, para compreender melhor o processo dos egressos desde a sua formação até a sua atuação, cabem aqui algumas indagações para esta investigação, tais como: Como está a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos egressos no curso de cuidador de idosos? Quais as principais motivações para a realização desse curso? Qual a

relação entre o trabalho atual e a formação profissional? Quais as dificuldades enfrentadas pelos egressos para a inserção no mercado de trabalho? Qual a importância desta profissão para a sociedade? Quais as contribuições sociais existentes? Porque formar cuidadores de idosos? Quais os Conhecimentos profissionais que o cuidador de idosos deve ter? Como você avaliaria a sua formação como cuidador de idosos? Qual o escore e os fatores associados à autoestima dos egressos do curso de cuidador de idosos? Estas e outras indagações precisam ser respondidas para a compreensão deste processo e assim, estabelecer parâmetros de como está a formação destes indivíduos e sua atuação profissional.

Este estudo teve como objetivo principal avaliar a formação, as contribuições sociais e a autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos. Como objetivos específicos: Descrever a atuação profissional dos egressos de um curso de cuidador de idosos; identificar os motivos que levaram estes egressos a realizarem o curso de cuidador de idosos e as principais dificuldades encontradas nessa prática profissional; verificar quais os conhecimentos profissionais necessários para a prestação de cuidados aos idosos e a contribuição social dos cuidadores de idosos, na opinião dos egressos; conhecer a experiência profissional dos egressos antes do curso de cuidadores de idosos; verificar qual a contribuição do curso de cuidador de idosos para atuação profissional desses egressos; mensurar a autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos e verificar os fatores associados a melhor autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos.

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, observacional e analítico com abordagem qualiquantitativa, para demonstração da situação de formação dos egressos do curso de cuidador de idosos e suas contribuições sociais. Para composição da amostra foi solicitado, ao setor de matrículas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Uberaba (MG), a relação dos egressos e as respectivas informações para o contato. Participaram do curso seis (6) turmas e em cada uma estiveram matriculados em média 26 alunos. A população deste estudo foi composta pelos egressos, com idade maior ou igual a 18 anos, do Curso de Cuidador de Idosos, realizado no ano de 2017 e 2018 pelo SENAC de Uberaba (MG). Participaram do estudo os egressos de ambos os sexos. Excluíram-se aqueles que abandonaram o curso e sem retorno neste período. Para o início da pesquisa foi solicitado autorização da Diretoria Regional do SENAC Uberaba (MG) para acesso aos dados de contato destes egressos. Foi requisitada a supervisão pedagógica para obtenção a relação dos egressos e acesso aos dados necessários para o contato inicial que foi feito via telefone ou e-mail. Os egressos receberam a Carta Convite (Apêndice A) e os que concordaram em

participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme (Apêndice B).

Com base na relação dos egressos foi realizado o cálculo amostral para determinar o tamanho da amostra necessária com a população de estudo e determinar a margem de erro máxima, com intervalo de confiabilidade de 95% e margem de erro de 9,5% utilizando à calculadora on-line (SOLVIS, 2019). Do total de egressos nos anos consultados foram de 137 (cento e trinta e sete), sendo que 7 (sete) foram reprovados, 14 (quatorze) evadiram e 20 (vinte) desistiram e o que subtraindo resulta em 97 egressos. Destes, a amostra disponível para colaborar com a pesquisa foi de 51 (cinquenta e um) 52% - justificando a margem de erro e o restante não estavam disponíveis ou se recusaram a participar da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada de abril a maio de 2019 e para tal desenvolveu-se um questionário composto por 19 (dezenove) questões conforme (Apêndice C), envolvendo assuntos relacionados aos dados básicos, formação inicial e profissional, atividade profissional, experiência com o curso e como cuidador e dificuldades enfrentadas. Também foi utilizada a Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR), sendo composta por dez questões assertivas, sendo cinco referentes à autoimagem aos autovalores positivos; e cinco à autoimagem negativa ou auto depreciação. As alternativas de respostas são apresentadas no formato *Likert* de quatro pontos, com as seguintes opções de resposta: concordo plenamente, concordo, discordo e discordo plenamente. Sendo assim, quanto maior o escore obtido na escala melhor a autoestima do indivíduo, sendo que o escore varia de 10 a 40 pontos (DINI *et al.*,2004).

Para a consolidação dos dados foi construído um banco de dados eletrônico, no programa *Excel*[®], que foi importado para o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS[®]), versão 22.0 para análise. Para atender aos objetivos I, II e III foi realizada análise uni variada com medidas de frequência absoluta e relativa para variáveis categóricas e medidas de tendência central (média e mediana). E de variabilidade para as variáveis quantitativas. Para verificar os fatores associados a melhor autoestima dos egressos (objetivo IV), foi realizada análise bivariada preliminar, empregando-se o teste *t* de *Student*. Considerou-se como variáveis predictoras: sexo; trabalho atual; vínculo empregatício; horas de trabalho; renda e trabalho na área de cuidador de idosos. Também se realizou a regressão linear múltipla. Ressalta-se que para as análises bivariada e multivariada as variáveis predictoras foram dicotomizadas. Este estudo considerou um intervalo de confiança de 95% e um nível de significância de $p < 0,05$.

Os dados referentes aos objetivos V, VI e VII foram coletados por meio de questões abertas, incluídas no questionário desenvolvido pela pesquisadora (Apêndice C). Para o tratamento das informações foi realizada a análise temática (BARDIN, 1979; MINAYO, 2007). A análise temática resulta em três momentos distintos: pré-análise, exploração do material e tratamento de dados propriamente ditos (BARDIN, 1979; MINAYO, 2007). A partir da análise temática foram extraídos elementos importantes e recorrentes nos dados coletados.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) protocolo número 3.241.522. Os sujeitos desta pesquisa foram contatados em seu domicílio, aos quais foram apresentados os objetivos, a Carta Convite (Apêndice A), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) oferecidas informações pertinentes. Após a anuência do entrevistado e assinatura do referido Termo, foi conduzida a entrevista, seguindo os preceitos estabelecidos pela Resolução 466/12 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

A apresentação deste estudo está estruturada em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo se discorre sobre envelhecimento demográfico, ações e legislações do estatuto do idoso, correlacionados ao envelhecimento no Brasil, dados demográficos da longevidade e o percentual de idosos que assumem seus cuidados diários, a inserção na sociedade e a importância de um cuidador no âmbito profissional e as perspectivas futuras para o profissional cuidador de idosos. Características intrínsecas e importantes para compreensão dos cuidados com o idoso no Brasil.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico da educação profissional no Brasil e evidencia os cursos profissionalizantes, desde sua criação, com informações referentes às conquistas no decorrer do tempo e estruturas educacionais para compreensão do cenário profissional e de capacitação dos indivíduos cuidadores.

O terceiro capítulo traz a apresentação e discussão dos resultados desta pesquisa, com o objetivo de avaliar a importância da formação, suas contribuições sociais e a autoestima dos egressos do curso de cuidador de idosos.

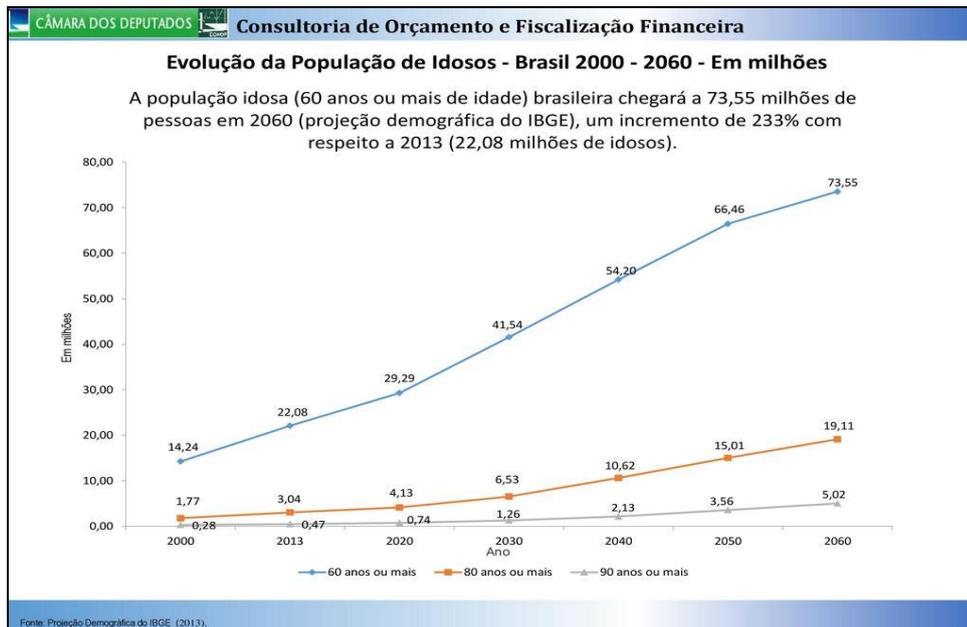
CAPÍTULO I – O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO

Este capítulo é proposto para apresentar a fundamentação teórica, conceitos correlacionados relevantes sobre o envelhecimento, ações e legislações do estatuto do idoso, dados demográficos que representam a longevidade, a importância da inserção do idoso na sociedade e da formação de profissionais cuidadores de idosos, com a compreensão frente as debilidades nesta fase da vida, destaca-se as políticas relacionadas aos idosos e as expectativas futuras para o profissional cuidador de idosos. Desta forma demonstrar a relevância do conhecimento, e da importância de lidar com o idoso de forma humana e com embasamento científico para os cuidados gerais. Segundo Bidel *et al* (2016), o envelhecer é um curso natural da vida, porém complexo, podendo ser tanto individual como coletivo. Considera-se que o envelhecimento seja uma trajetória que correlacione às heranças genéticas e aos costumes diários, englobando fatores, econômicos, políticos, ambiental e social, (MAIA, 2017). De acordo com dados demográficos em 2015, aproximadamente 13% da população do mundo apresentava 60 anos ou mais de idade (WHO, 2015), no Brasil o percentual de idosos, no mesmo período era de 14,3% (IBGE, 2016), sendo que 14,5 milhões necessitam diretamente de cuidadores (SAMPAIO *et al.*, 2011). Com o processo de envelhecimento, o corpo humano passa por alterações que elevam a diminuição da elasticidade, marcha diminuída e com alterações motoras, deglutição prejudicada entre outros fatores que colocam a saúde em posição de fragilidade, ou seja, é um momento de atenção e cuidados, portanto conseqüentemente o corpo apresenta mudanças, devido às disfunções ocorridas nesta trajetória de vida, tornando funções cognitivas e motoras mais lentas e falhas, podendo ocasionar certas dificuldades no seu cotidiano (ABREU; RIBEIRO; PIRES, 2009).

A velhice é uma experiência única podendo ser positiva ou negativa neste ciclo de vida, que depende da história nos anos vividos, ressalta que uns passam por inúmeras patologias e outros com o envelhecimento saudável, portanto não se pode desconsiderar o fator genético para certas patologias pré-existentes (PAÚL; RIBEIRO, 2012). Fonseca (2012) reitera que o processo de envelhecimento percorre por diferentes situações assim o idoso também pode lidar de diversas formas com a questão do envelhecimento sendo assim dependerá do formato e da aceitação durante este percurso da vida (FONSECA, 2012).

Assim verifica se, no **Gráfico 1**, como ocorre a evolução no Brasil e uma projeção futura da população idosa nos períodos de 2000 a 2060. Demonstra o andamento da população na transição demográfica, com o crescimento da população idosa.

Gráfico 1 – Projeção da população idoso do Brasil de 2000 a 2060.



Fonte: Projeção Demográfica do IBGE (2013).

Entretanto, desde o século XVIII até a atualidade, o conceito do envelhecimento sofre mudanças históricas, tornando-se uma questão investigada com interesse e objetivo de embasar e compreender as fases do processo, de acordo com as causas e efeitos do envelhecimento (MARTINS, 2017).

Para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o envelhecimento é estabelecido como sequencial sendo, individual, acumulativo, irreversível, universal e não patológico. A degeneração do ciclo de vida, da espécie, é comum com o passar dos anos, conseqüentemente ocorre à queda da capacidade das atividades e do nível de saúde, potencializando as debilidades e as causas de morte nesta fase de vida, determinado como uma perda gradativa das funções, tendo como resultado o declínio dos reflexos às diversas situações e potencialidade para doenças. Com o passar dos anos as pessoas mais velhas estão mais expostas a fatores ambientais e comportamentais (OPAS, 2005). Com base na Organização Mundial de Saúde (OMS), a pessoa idosa é aquela com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e 65 anos ou mais nos países desenvolvidos. Assim compreende-se que o envelhecimento é o processo e a velhice uma fase da vida. Diante disto o indivíduo é considerado idoso (OPAS, 2005). De acordo com a Política Nacional do Idoso (PNI). (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), conceituam-se idosos os indivíduos com 60 anos ou mais de idade, independentemente dos fatores biopsicossociais.

A idade cronológica supracitada pelos autores, considerada como marcador do início da velhice, essa condição aponta apenas o tempo que vivemos desde que nascemos (MAIA, 2017). Portanto, não se deve conceituar como um marcador concreto para as modificações que associam ao envelhecimento, pois é comum que nesta trajetória um indivíduo se diferencie do outro com a mesma idade cronológica (OPAS, 2005). Sendo assim, é utilizada apenas para construção de censo demográfico, pela OMS, por políticas sociais e pesquisadores, a fim de acompanhar o processo de envelhecimento (NETTO, 2011).

Como citado acima, o envelhecimento deve ser considerado de maneira única para cada pessoa (NETTO, 2011). Entende-se que, em alguns casos, os indivíduos com 60 anos já apresentam incapacidades, em oposição outros aos 85 anos, encontram-se em plena saúde, de forma independente e com autonomia nas atividades diárias (BIDEL *et al.*, 2016).

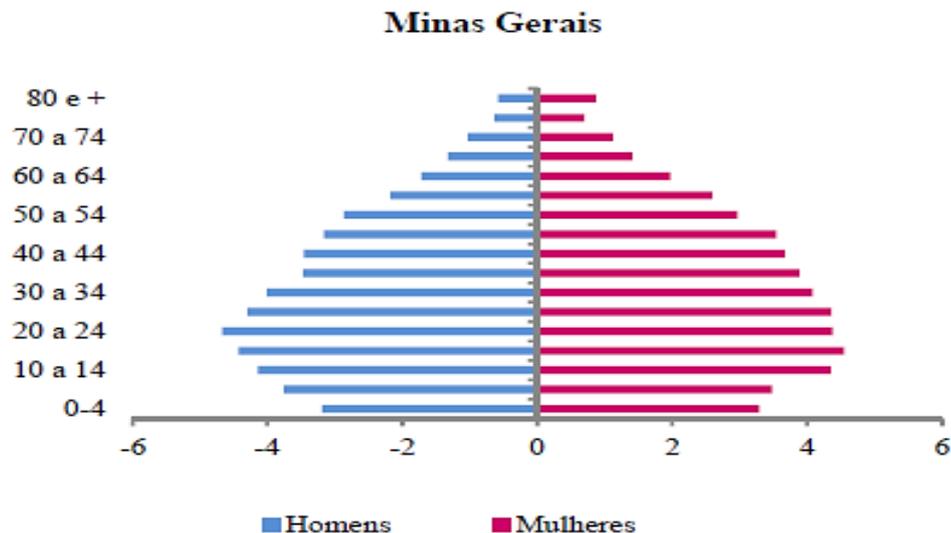
É de suma importância que os profissionais da saúde, governo, sociedade e os próprios idosos, compreendam que o envelhecimento é um processo natural e que se trata de um fenômeno irreversível e, assim, ter a consciência de que este momento da velhice compreende uma fase da vida e não um momento somente visto pelo lado negativo, com a presença de deficiências e situações desconfortáveis, mas como um período da vida que todos que chegarem a esta fase irão passar; um período que o indivíduo necessitará de cuidados específicos, envolvimento familiar e cuidados formais e informais no contexto geral (DAWALIBI *et al.*, 2014).

A conscientização e a valorização da prática de humanização para a população idosa é um fator indispensável para viver esta fase com valores e presença social (OLIVEIRA; VERA, 2018). Para Veras; Costa 2003, a população idosa cresce em nosso país em uma sociedade que busca igualdade, assim mudanças se fazem necessárias para o envolvimento e igualdade social (VERAS; COSTA, 2003). Segundo Karsch (2003), devido a diminuição de nascimentos e a longevidade elevam o percentual de idosos, que, em muitos casos, assumem seus cuidados diários sozinhos, por razões variadas, A reestruturação familiar e o convívio na maioria das vezes é a distância (KARSCH, 2003). Fundamentando que o profissional cuidador com base nos conhecimentos que serão necessários para prestar cuidados diários e gerais, intervém no envelhecimento saudável e seguro.

População Idosa de Minas gerais

A população idosa do Brasil, exposta na pirâmide da transição demográfica citada acima, se repete no estado de Minas Gerais (**Gráfico 2**).

Gráfico 2: Pirâmide etária do Estado de Minas Gerais, transição demográfica (PDA-MG, 2013).



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG). Convênio: FJP/Escritório de Prioridades Estratégicas.

Ressalta a importância do olhar para o idoso em Minas Gerais, principalmente do gênero feminino.

Políticas públicas no Brasil e o idoso

A longevidade acarreta ao sistema de saúde novas tendências e desafios que conseqüentemente necessitam de atenção (BÁRRIOS; FERNANDES, 2014). É indispensável que o poder político proporcione investimentos para garantir bens e serviços a saúde, viabilizando e acompanhando condições para o envelhecimento saudável (Vicente *et al.*, 2013). Considerando que as fases do envelhecimento passam por ciclos diferentes e que requer conhecimentos específicos (BÁRRIOS; FERNANDES, 2014).

A saúde dos idosos influencia as políticas públicas e é uma preocupação mundial, pois o idoso sem autonomia dos cuidados básicos, fatalmente entrará numa escalada de elevação de internações, gastos com medicamentos e tratamentos complementares. No entanto, os cuidados não se resumem em apenas ofertar alimentação, banho, higienização, estes vão muito além, pois envolvem fatores onde o cuidador deverá possuir visão ampla, para sua atuação.

Com a progressão do envelhecimento demográfico e os desafios para esta fase, ocorreram reflexões políticas frente às questões atuais da sociedade, focando nos direitos dessa população e as responsabilidades do Estado e da sociedade para com esse grupo (MARTINS, 2017). Assim a presença das políticas públicas implementadas para contemplar as necessidades dos cuidados profissionais prestados ao atendimento da população idosa, foram pautadas para assegurar a prevenção recuperação e acompanhamento, sendo assim é de suma importância para o envelhecimento saudável no meio social e de qualidade.

Em 1988, com a evolução política que relaciona ao início da Constituição Federal, proporcionando o desenvolvimento social no país. Caracteriza-se pela fase da redemocratização brasileira, ratificando os direitos dos idosos e sua representação na sociedade (BRASIL, 1988). Em 1994 foi sancionada a Lei n. 8.842, que confirma a PNI, após foi fundado o Conselho Nacional do Idoso que representa princípios e diretrizes, portanto o envelhecer é de responsabilidade da sociedade e de conhecimento de todos em uma visão global, com a finalidade também de incentivar as pesquisas e incentivos aos estudos que relacionam ao envelhecimento (BRASIL, 1994).

A saúde é abordada na constituição de 88 em seu artigo 196, que estabelece; que é direito de todos e dever do estado garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução de doenças e de outros agravos e do acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção e recuperação (BRASIL, 2001).

No ano de 1999, pela Portaria nº 1.395, foi criada a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), que ampara os cuidados prestados da área de saúde na atenção integral à população idosa, em consonância com o estabelecido pela Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080/90 e a Lei 8.842/94, que afirma os direitos populacionais (BRASIL, 1999). Com a criação da PNSI, considera que o envelhecimento saudável é de suma importância e de responsabilidade aos deveres políticos, objetivando ações de prevenção, promoção, recuperação manutenção e a reabilitação com o propósito de ofertar cuidados de qualidade para a população idosa (BRASIL, 1999).

Assim são atribuições obrigatórias do setor políticos que garanta o envelhecimento saudável, a manutenção, as necessidades, as reabilitações as capacitações de recursos ao desenvolvimento de apoio aos cuidados informais a fim de promover pesquisas que se relacionam a saúde do idoso (BRASIL, 1999).

A fim de regular os direitos assegurados aos idosos, foi criado no ano de 2003, por meio da Lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso, que regulariza e amplia as necessidades dos idosos dando enfoque aos direitos da população idosa vista por meio do Estado e da sociedade

por uma visão ampla dos direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 já previa atenção integral a todos os indivíduos, e garantia princípios e direitos assegurados aos idosos. Mas, com a criação do Estatuto, foram implantados procedimentos específicos em especial com relação à violência e aos maus-tratos a idosos, garantindo seus direitos como cidadãos. O Estatuto dispõe sobre as responsabilidades do Estado de garantir proteção à vida e à saúde do idoso, propondo um envelhecimento digno, (BRASIL, 2003).

Figura 1: Direitos fundamentais do idoso frente ao estatuto.



Fonte: estatuto do idoso 2017.

De acordo com estatuto do idoso as disposições preliminares destinadas nos artigos, regem que¹:

Art.1º É instituído o estatuto do idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art.2º Ó idoso goza dos direitos fundamentais inerentes á pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata está lei, assegurando-se por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art.3º é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito á vida, á saúde, á alimentação, á educação, á cultura, ao esporte, ao lazer ao trabalho, á cidadania, á liberdade, á dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

Para o estatuto do idoso referente às prioridades destacadas compreende-se que¹:

- I- Atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; Lei n 9 o 10.741/2003;
- II- Preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III - Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV- Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V - Priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI - Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII- Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII - Garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais;
- IX- Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

No art.7º em Leis que correspondem aos Conselhos, Nacional, Estadual, Federal proposto em 4 de janeiro de 1994 na lei 8.842 assim é previsto os direitos e cumprimentos aos idosos, segue ao “capítulo 1 do direito a vida e ao capítulo 2 do direito a liberdade e á dignidade”¹. Do direito à vida¹:

Art.8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente.

Art.9º É obrigação do estado, garantir a pessoa idosa a proteção á vida a saúde, mediante efetivação de políticas sócias públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Do direito à liberdade, ao respeito e a Dignidade¹:

Art.10 é obrigação do estado e da sociedade, assegurar a pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, com a pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na constituição e nas leis.

De acordo aos direitos a liberdade instituída no Art.10 segue os seguintes aspectos para o estatuto do idoso¹:

- I-Faculdade de ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvos as restrições legais;
- II- Opinião e expressão;
- III-Crença e culto religioso;
- IV- Prática de esportes e de diversões;
- V- Participação na vida política, na forma da lei;
- VI- Faculdade de buscar refúgio e orientação.

¹ Arquivo do Estatuto do idoso. Disponível em:

www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530232/estatuto_do_idoso_1ed.pdf

Estatuto do idoso. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 40 p. Conteúdo: Lei no 10.741/2003. ISBN: 978-85-7018-827-4 1. Idoso, legislação, Brasil. 2. Idoso, proteção, Brasil. 3. Idoso, direitos e deveres, Brasil. Acesso em 01-07-2019.

Assegura-se aos direitos a saúde dos idosos, Leis compostas no Art.15 que é de direito¹:

Art.15 É assegurada a atenção integral á saúde do idoso, por intermédio do sistema único de saúde- SUS, garantindo-lhe o acesso universal igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

Ao idoso hospitalizado o estatuto dos idosos assegura que¹:

Art.16 ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Estatuto do idoso frente às instituições de saúde¹:

Art.18 as instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento as necessidades do idoso promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores, familiares e grupos de autoajuda.

Violência contra o idoso¹:

Art.19 os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados a autoridades sanitárias, bem como serão obrigatoriamente comunicados por ele a quaisquer dos seguintes órgãos: I- Autoridade Policial; II- Ministérios Públicos; III- Conselho Municipal do Idoso; IV - Conselho Estadual do Idoso; V- Conselho Nacional do Idoso.

Direito a educação¹:

Art.20 idoso tem direito a educação cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

A OMS junto a Rede Internacional para a Prevenção de Maus-Tratos contra idoso conceituam o mau trato ao idoso como: “um ato (único ou repetido). Ou a ocorrência da omissão que lhe cause proporcione dano ou aflição e a qualquer relação na qual exista expectativa de confiança” (WHO, 2002 p. 3). Destaca-se que a violência contra os idosos não deve ser vista apenas como evento aleatório ou individual, pois, esta ocorrência faz parte da violência social, sendo expressa por meio da organização da sociedade em relação à classe, gênero, etnias e grupos etários (BRASIL, 2002).

Foi aprovada no ano de 2006, por meio da Portaria nº 2.528, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). Com a finalidade de recuperar, promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos. Neste contexto, podem-se perceber a evolução nas trajetórias políticas em prol ao idoso, porém mesmo com a evolução a muito que se conquistar nesta trajetória de cuidados sabendo que o caminho é longo e árduo para conseguir prestar o atendimento necessário aos idosos. Visto que é de responsabilidade social, e que os idosos

tem direitos e deveres, assim como, experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. As instituições responsáveis em oferecer serviços que relacionam aos idosos representa a situação do envelhecimento e da reflexão na área da saúde para proporcionar o atendimento dos idosos e familiares de acordo com suas necessidades de maneira segura e eficaz (VICENTE, 2012; ILC BRASIL, 2015). Portanto, a consolidação de políticas de prevenção e promoção da saúde, proporciona atendimento, acompanhamento de acordo com as demandas presentes que abordam as políticas voltadas ao envelhecimento (ILC BRASIL, 2015).

Cuidador de idosos

Procurando responder estas questões, o curso de cuidador de idosos propõe aos alunos o conhecimento teórico prático, embasando atitudes para atendimento, através da visão profissional, com modalidades de aprendizagem para proporcionar o conhecimento referente às Leis vigentes, perfil demográfico, campos para atuação, atribuições da profissão, orientações para prestar assistência tanto do cuidador e como do idoso, ter o reconhecimento da necessidade da equipe multidisciplinar em atuação, conhecimento dos programas voltados para a saúde embasada no SUS, atuação intra e extra-hospitalar, riscos, atividades diárias dos idosos para auxiliar na qualidade do sono, indicação para alimentação saudável, higiene, orientações tecnológicas, sanar dúvidas referentes à sexualidade e as IST na terceira idade, serviços de urgências disponíveis, atendimento aos primeiros socorros, marketing e apresentação pessoal para a busca de emprego. O curso de cuidador tem relevância e torna mais segura a atividade de cuidados prestados aos idosos, proporcionando qualidade ao atendimento, tem a durabilidade de três meses com carga horária de 180 h (PPC SENAC, 2018).

O cuidador de idosos é um profissional que assume o compromisso de prestar cuidados podendo ser formal ou informal, em residências, Hospitais ou em instituição de longa permanência, sendo o formal, aquele que realizou o curso de cuidador em alguma instituição de ensino, o informal o que em maioria é um membro da família, que foi escolhido para prestar os cuidados, podendo ser em período integral ou parcial, sabendo que ambos devem possuir os conhecimentos para sua atuação, a escolha de quem vai cuidar se da por um familiar, na maioria das vezes, assim poderá ter um ou mais prestando os cuidados aos idosos, portanto esta escolha também dependera da necessidade dos cuidados que serão prestados ao idoso e de sua complexidade correlacionada com a saúde (PPC SENAC, 2018).

Para Sampaio *etal.*, 2011 com o passar dos anos naturalmente o indivíduo apresentará alterações de fator natural da fase da vida, as quais ele necessitará, deste profissional para auxiliar em suas atividades diárias, o autor ressalta também que a valorização do profissional cuidador em desenvolver o trabalho com conhecimento adequado e de segurança para os idosos faz um diferencial na saúde dos mesmos.

Assim a busca em garantir e prestar cuidados especializados se dá por algumas instituições do Sistema S, que oferecem o curso, na cidade de Uberaba como: SENAC e Serviço Social do Comércio (SESC), com intuito na profissionalização. A proposta destas instituições é de estimular a educação profissional para a inserção de egressos no mercado de trabalho, no cuidado com o idoso, atendendo a essa população que necessita de atendimentos específicos. Considerando ainda, que, esta atuação tem o intuito de influenciar as pessoas da sociedade para buscar o conhecimento com bases científicas, fortalecendo as políticas para os idosos na prevenção, promoção e reabilitação, demonstrando aos egressos que a educação profissional vai muito além de conhecimento - busca a compreensão que esta atitude propõe em relação à educação, ao trabalho e a sociedade.

O presente capítulo discorre a trajetória da educação profissional no Brasil com o princípio norteador em apresentar os cursos profissionalizantes, com informações referentes às conquistas educacionais no decorrer do tempo e estruturas correlacionadas para tratar e entender a relação trabalho e educação como fator diferencial no processo do ensino.

A educação, assim como qualquer outra ação ou atividade exercida pelo homem nas sociedades primitivas, exigiam espontaneidade e criatividade, o ensino e o trabalho eram comuns aos que viviam em comunidade, como um processo de produção de existência (CANALI, 2009). A política educacional brasileira percorreu por inúmeras situações que relaciona à educação básica, em especial no ensino médio e na educação profissional (CANALI, 2009). Nesse sentido, é importante compreender o percurso da educação profissional no Brasil e suas regulações. O tema "Educação Profissional" é frequente em pesquisas nacionais, que adotam abordagens teóricas diferentes e na maioria das vezes privilegia a ótica institucional focando no sistema educacional brasileiro e suas políticas públicas. Para o autor Manfredi (2002), nos últimos anos o interesse em investigar as relações entre educação e o processo de trabalho apresentou uma atuação mais ampla, o que estrutura uma perspectiva histórico-crítica (MANFREDI, 2002).

Na concepção de Manfredi (2017, p. 34), aponta que “a educação ao longo da história vem se estruturando e reestruturando, variando pela forma e modos da organização e da população de acordo com suas riquezas e poder”. Portanto nota-se, que os dois autores conseguem visualizar uma educação que venha ser o diferencial nos processos de ensino, tanto no presente, quanto no que diz respeito ao futuro (MANFREDI, 2017).

De acordo com Saviani (2007), “com a apropriação da terra”, os homens se dividiram em duas categorias: “proprietários e não proprietários”. Esta divisão motivou a ocorrência de outras possibilidades na educação, porém em situação dividida, assim passou por alterações na organização. Assume também um caráter dual com estas possibilidades de categorias, fundamentado em educação para homens livres, pautadas nas atividades intelectuais, contudo para os escravos e serviçais se sustentou em uma educação específica ao processo de trabalho. Podemos dessa forma, compreender que a educação como um processo dividido em duas partes: sendo o primeiro que apresenta sua história e conseqüentemente no segundo momento sua evolução. Assim o homem a partir do conhecimento se constitui como ser, colocando seu entendimento em ação, proporcionado à cultura e o meio social, no qual está inserido (SAVIANI, 2007). O homem é o principal responsável pela diversidade do saber, pela disseminação do conhecimento na sociedade na qual está inserido, pois sua sobrevivência depende justamente dessa revolução educacional em produzir.

Conforme Saviani (2007), a Revolução Industrial resultou na agregação das funções intelectuais no desenvolvimento ao que relaciona o processo de produtividade assim, por meio da educação e das pesquisas se fazem necessárias no que direciona a universalização dessas funções para a sociedade, objetivando essa unificação em prol do conhecimento que proporcionou a construção da escola básica. Segundo o autor, o ensino básico tinha como objetivo qualificar os trabalhadores, pautando em integralizar o processo produtivo aos conhecimentos desenvolvidos na área (SAVIANI, 2007).

Neste contexto, os ensinamentos se voltavam para a maquinaria, conteúdo presente no currículo escolar. As tarefas instruídas aos ensinamentos eram com finalidade de manutenção, reparos, ajustes das máquinas, que requeriam qualificação específica (CANALI, 2009). A educação era pautada no trabalho desenvolvido dentro da escola através dos ensinamentos práticos adquiridos, porém nem todos os alunos tinham a oportunidade de participar desses ensinamentos. Com o crescimento industrial as empresas, necessitaram de um fortalecimento humano de mão de obra qualificada, de acordo com as necessidades das empresas e as exigências em áreas distintas foi necessário o surgimento dos cursos profissionalizantes. Para Saviani (2007), e Canali (2009), surgem os cursos profissionais pautados em atender as demandas das empresas, que acompanhavam os processos da sociedade e as necessidades produtivas. Neste momento, nascem as escolas de formação geral e as escolas profissionalizantes. Ao longo deste percurso de definição das competências de cada uma, teve como resultado a proposta dualista de escola profissional para os trabalhadores e escolas de "ciências e humanidades" para os da classe burguesa (SAVIANI, 2007; CANALI, 2009). Neste sentido, observa-se que a estruturação dos modelos de educação está ligada as questões políticas e modos de organização.

A política educacional brasileira, ao longo do percurso de desenvolvimento e configuração, passou por evolução e retrocessos no que diz respeito à educação básica, em especial ao ensino médio e a educação profissional (CANALI, 2009). É importante destacar que o percurso da educação profissional e sua regulação desde o período até a atualidade, entretanto o período colonial foi apontado por uma economia agroexportadora, sustentado em mão-de-obra escrava, a qual se firmou com o trabalho manual e de força física.

Sendo assim, essa prática permanecia voltada aos escravos (negros e mulatos), segundo a autora, era necessário mantê-los na condição de escravos sem acesso a qualquer educação que lhes permitissem o aprendizado de outras tarefas ou mesmo uma reflexão sobre o trabalho que exerciam. A educação era exclusiva dos homens livres, que aprendiam suas profissões nas Corporações de Ofício. Essas corporações possuíam rigorosas normas de

funcionamento que impossibilitavam que os escravos integrassem a área educacional, portanto o aprendizado era exclusivo para os homens livres (CANALI, 2009).

Desse modo, no início do século XIX, a produção manufatureira no Brasil teve um crescimento, sendo necessário dar treinamentos para garantir o aumento do número de profissionais, a fim de estar presente ao mercado de trabalho. Os liceus de artes e ofícios tinham como intenção a motivação para o trabalho de qualidade, através da criação de fábricas com o objetivo de favorecer os próprios trabalhadores, que iniciariam os recebimentos de salários dignos para sua produção, na medida em que desenvolvessem sua educação profissional (CANALI, 2009).

Desta forma, os processos políticos apresentaram em primeiro momento uma educação voltada para os ofícios, portanto discriminatória e segregada, ou seja, uma educação para poucos. De acordo com o modelo econômico extrativista, contrapondo ao industrialismo que vinha se consolidando na Europa, visto que a Coroa Portuguesa não estava de acordo com a implantação de colônias aos estabelecimentos que visam o processo industrial; e muitos dos que existiam em vários ramos de atividades (fundições e oficinas de ourives, tipografias). Foram fechados provocando a destruição da estrutura industrial existente (CANALI, 2009).

Compreende que a Coroa Portuguesa era contra a educação profissional, pois isso prejudicaria sua atuação no governo e arrecadação, tornando inviável que o conhecimento chegasse até a classe proletariada. Ao longo da história as políticas educacionais no Brasil, as categorias trabalhadoras não beneficiaram de recursos para educação, e com isso não propiciando uma formação básica. Isso proporciona a desigualdade fatores de exclusão que se faz presente, também, ao não possibilitar uma educação profissional de qualidade (SANTOS 2000). Como cita o autor, a desigualdade é demonstrada pela ausência das políticas educacionais, pois tal situação ocasionaria uma reviravolta em toda a sociedade, que viria a prejudicar a forma de governo e a economia geral. Em 1808, observa-se uma mudança no setor de aprendizagem profissional no Brasil juntamente com a retomada do processo de desenvolvimento industrial (CANALI, 2009). Com a chegada do desenvolvimento Industrial, abre – se espaços para que os ensinamentos educacionais e profissionais fossem apontados como essenciais dentro deste novo processo.

Segundo a autora, Dom João VI ao chegar a terras brasileiras, autoriza a abertura de novas fábricas e com isso inaugura uma nova era para o aprendizado profissional. Neste período, observa-se uma escassez de mão-de-obra em algumas ocupações. Isso obrigou uma aprendizagem compulsória de ofícios, utilizando de jovens e crianças, principalmente órfãs e pobres. Foram oferecidos espaços de ensino e aprendizagem de ofícios e o trabalho passou a

se dar no interior das fábricas, nas chamadas Escolas de Fábrica, que foram por algum tempo referência para as unidades de ensino profissional que, posteriormente, se instalaram no Brasil (CANALI, 2009). A autora acrescenta que ao ensino de tais atividades, cresceu-se o ensino das "primeiras letras", seguido de todo o ensino primário.

No período da Primeira República, a economia baseada no cultivo e exportação de café ganha espaço e junto com ela observamos o processo de urbanização e industrialização mais acelerado (SAVIANI, 2007; CANALI, 2009).

No campo político, o período é marcado pela transição da Monarquia para a República, influenciada pelas ideias e a força dos cafeicultores. As ideias que permeavam as discussões, segundo os autores, eram de um país novo, que conseguisse desenvolver ainda mais suas indústrias, conduzindo a uma independência política e econômica do Brasil. Neste contexto, a força de trabalho predominante passa a ser a força industrial, ou seja, influenciados pelos movimentos fora do país, a escravidão perdendo espaço. Neste período, no campo da educação, observa-se a democratização do ensino primário e a universalização deste tipo de ensino como sendo público, gratuito e laico (CANALI, 2009). Contudo, devido à escassez de professores e escolas, o ensino era restrito a uma parte da população que teria ou tinha acesso à instrução: a elite, que acumulava o capital, patrocinava e controlava o Estado e o novo sistema capitalista. Do outro lado, tinha uma população enorme de indivíduos analfabetos, sem participação política, vivendo nos subúrbios, vendendo mão-de-obra pouco qualificada nas indústrias, explorada pelo sistema de produção (CANALI, 2009). Para a autora, a escola apresenta como função social, neste contexto histórico, de fornecer os elementos que iriam preparar a elite para preencher os cargos políticos e de administração pública. Esse modelo aponta para uma conformação entre o que a escola proporcionava e a demanda social. Com o crescimento da industrialização e da urbanização, passa-se a ter uma nova demanda social, pois a oferta de ensino não atendia mais as crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia (CANALI, 2009). Assim sendo a desigualdade educacional marcada aos processos históricos arrasta um sentido ideológico de insuficiências de recursos para pautar uma educação profissional de qualidade (DEITOS; LARA, 2016).

A partir do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, inaugura-se 19 Escolas de Aprendiz e Artífices, que buscavam ofertar à população um ensino profissional primário e gratuito (CANALI, 2009). Essas escolas vinham com o modelo de características assistenciais e moralistas herdados dos períodos anteriores. Nessas escolas, apenas indivíduos entre 10 e 13 anos tinham preferência para fazer a matrícula e que estivessem em situação de pobreza. Tais

características tinha uma finalidade moral e não atender as demandas da economia (CANALI, 2009). Podemos destacar que além de um ensino ineficiente, essas escolas estavam localizadas em prédios inadequados, com oficinas em precárias condições. Com a falta de profissionais especializados para ensinar, reduziu-se ao conhecimento, uma vez que os mestres de ofícios se originavam das fábricas e oficinas, possuindo pouco conhecimento teórico (CANALI, 2009). Mesmo com essas escolas, não havia local adequado e nem condições básicas estruturadas para capacitar os alunos.

Canali (2009) destaca que a evasão foi um grande problema para as escolas de Aprendizizes e Artífices, pois os alunos abandonavam o curso quando dominavam os conhecimentos para trabalhar nas fábricas, logo não completavam o curso todo. Essas limitações foram consideradas tempos depois, para a implantação da rede de ensino técnico-profissional que foi se consolidando como precursor da Rede de Escolas Técnicas do Brasil (CANALI, 2009). Essa rede se organiza no fim da Primeira República, quando emerge a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino e culturas das escolas. Acreditava-se que com a multiplicação de instituições escolares, o país poderia se igualar às grandes potências do mundo e tirar a população da situação de marginalidade. Esse pensamento é motivado pelo otimismo pedagógico desenvolvido pelos movimentos político-sociais. Nesta perspectiva, a Educação Profissional reforça a ideia de regeneração e formação das classes menos favorecidas social e economicamente (CANALI, 2009). Período então em que começam a surgir uma nova fase dentro da educação profissional, pois conforme as demandas e exigências do mercado emergente foram necessárias à criação de Políticas de Educação Profissional.

Política de Educação Profissional

Destaca que com o final da Primeira República e antes da Revolução de 1930, desenvolve-se um projeto de caráter político-econômico que buscava a articulação econômica entre agricultura e indústria. Projeto que continua no governo Vargas, através de uma política protecionista do café que já sofria queda. Surgem as políticas pertinentes à educação, que objetivavam atender as demandas do processo de industrialização (SAVIANI, 2007).

O projeto nacional de industrialização do governo do presidente Vargas passou a englobar, então, a preocupação com o preparo do trabalhador para o mercado, que acontece juntamente com a participação efetiva dos empresários. As formações de curta e média duração ficaram sob a responsabilidade de instituições setoriais e, coube ao governo à difusão de cursos de longa duração (SILVA, 2010).

Após a Primeira Guerra Mundial, e com o surgimento da indústria e urbanização, constituiu-se a categoria da burguesia urbana e outra categoria burguesa de pequena extensão que necessitava do processo educacional (SILVA, 2010). Para esse autor, a escolarização é um fator importante e necessário para sua construção do saber e aplicabilidade da função, e com isso iniciou a preocupação em oferecer o processo de ensino. Nesse contexto, são postas as decisões de que o fator educacional é de suma importância e de fator obrigatório devendo ser gratuita e de dever do Estado para o controle de um sistema de ensino com embasamento na ausência da dualidade educacional (SILVA, 2010). Ou seja, começasse a desenvolver ações tanto de iniciativa privada quanto do setor público que favorecessem o acesso à educação profissionalizante brasileira. Segundo Silva (2010), a ampliação do ensino técnico no Brasil iniciou em meados de 1940, através das Leis Orgânicas, a saber: 1942 – Decreto-lei n. 4.073 – Organizou o ensino industrial; 1943 – Decreto-lei n.6.141 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; 1946 – Decreto-lei n. 9.613 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Nas décadas de 1930 e 1940, com a consolidação da industrialização no Brasil, algumas mudanças se fizeram necessárias na educação, como, as práticas e ideias que relacionam ao ensino profissional e a institucionalização para se regular ao modelo brasileiro de desenvolvimento industrial, e atender ao processo educacional no período em que o Brasil estava atravessando. No início da década de 1940, as empresas proporcionaram treinamentos específicos aos trabalhadores da indústria e assim estabelecer um elo entre a profissionalização e o ensino tradicional (BRASIL, 2004).

Em 1942 com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e em 1946, do SENAC, buscava ofertar formação técnica ao trabalhador, necessidade condizente com o desenvolvimento industrial do século XX (SILVA, 2010), no qual as indústrias decidem participar do treinamento da mão-de-obra.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em conjunto com a comissão especial do ministério do trabalho, proporcionou a criação do SENAC, assim em 10 de janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei n. 8.621 deu se o inicio o qual se originou na instituição SENAC. Fundada também A CNC em quatro de setembro de 1945, por meio do Decreto-Lei n. 20.068, de 30 de novembro de 1945, sabendo que a CNC-SESC-SENAC são partes que visam à qualificação em busca de melhorias empresarias e são compostas no Brasil, objetivando o desenvolvimento, a economia e justiça social. E como foco propõe orientar, coordenar e defender os processos do comércio sendo composto por 34 entidades e federações patronais, subdivididas em vinte sete (27) estaduais e sete (7) nacionais. Entretanto, as empresas estavam primeiramente organizadas em sindicatos, que

posteriormente se agruparam em federações. A CNC tem a função de coordenar todo o sistema, portanto possuem em média, mais de mil sindicatos que estão filiados por toda extensão brasileira. Sendo assim o sistema envolvem grandes, médias, pequenas e microempresas, que movimentam 30% do Produto Interno Bruto (PIB), do Brasil, ligados ao setor do comércio de bens, serviços e turismo (CNC-SESC-SENAC, 2017). Este serviço vem transformando há mais de 73 anos, a vida de milhares de pessoas que buscam por cursos e serviços voltados para a Educação Profissional, que está em sintonia com as necessidades do comércio. Ao longo de toda a sua história, o SENAC buscou e busca a formação de profissionais e cidadãos, investindo em infraestrutura de ponta, com metodologia de ensino voltada e amparada para o comércio de bens, serviços e turismo (CNC-SESC-SENAC, 2017). O SENAC representa excelência e qualidade, que são conferidas aos cursos de educação profissional oferecido pela instituição, vigente em mais de dois mil municípios brasileiros, formando profissionais criativos, proativos, éticos e que valorizam o meio ambiente e a cultura, construindo sua história e seu futuro. Portanto tem a finalidade de uma educação transformadora (CNC-SESC-SENAC, 2017). Com a missão de educar para o trabalho, o SENAC oferece mais de 800 cursos presenciais e a distância, nas áreas de: Ambiente e saúde; Desenvolvimento educacional e social, Segurança; Gestão e negócios; Infraestrutura; Informação e comunicação; Produção alimentícia; Produção cultural e design; Recursos naturais; Controle e processos; e Turismo, hospitalidade e lazer (CNC-SESC-SENAC, 2017).

E assim a Instituição reitera seu tratado com a sociedade brasileira e coopera com a construção de novos empregos e renda, tendo como objetivo qualificar jovens e adultos para atuar no mercado de trabalho. O SENAC proporciona sua formação em cinco modalidades, sendo representada pelos Cursos de Aprendizagem Comercial, onde jovens de 14 a 24 anos são capacitados para diversas empresas parceiras; Cursos rápidos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Cursos de Educação Superior, Pós-Graduação e MBA. Através de itinerários formativos, proporcionando ao aluno a autonomia de planejamento da carreira profissional e a continuidade educacional. Deste modo o aluno tem a possibilidade de dar início a um curso de Aprendizagem Comercial e vir a alcançar a pós-graduação em uma mesma área do conhecimento (CNC-SESC-SENAC, 2017).

A filosofia do SENAC foi de alcançar a educação profissional e oportunizar ao mercado, profissionais capacitados para as reais necessidades de bens, produtos e serviços. Os empregadores eram os responsáveis pelo patrocínio da realização dos cursos e direcionavam esta formação para suas necessidades, preparando os indivíduos para atuarem em suas

empresas, indústrias ou mesmo na prestação de serviços da cidade e região (CNC-SESC-SENAC, 2017).

Segundo o site da instituição, o SENAC foi se desenvolvendo e cada vez mais fazendo parte de várias regiões do país, com investimentos em novas instalações, em tecnologias de ponta, com espaço físico adequado, eixos tecnológicos, unidades móveis que percorre todo o Brasil, sempre trabalhando a inclusão social por meio do Programa SENAC Gratuidade (PSG). Este programa já beneficiou e auxiliou pessoas que desejavam se capacitar com uma nova ferramenta de trabalho no quesito modelo pedagógico, oferecendo uma qualificação profissional diferenciada e inovadora dentro da educação profissional, sempre de acordo com as exigências do mercado.

Com o decorrer da reforma na Educação, qualificar profissionalmente era pautado em preparar para o trabalho, com a finalidade de propor ao mercado suas demandas e necessidades, assim se podemos perceber a ocorrência também da competitividade e exigente. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96) determina que as regulações da educação nacional. Vista no artigo 205 reintera que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, com o auxílio e a colaboração da sociedade, objetivando o progresso da pessoa, de modo que possa compartilhar seu conhecimento o convívio social para o mercado de trabalho (CARNEIRO, 2013). Contudo os autores Machado; Cury, 2009 Reiteram que a educação e a formação profissional apresentam para o exercício da cidadania e sua preparação para enfrentar o mercado de trabalho, entretanto a retomada pelo artigo 2º da LDB unificação ao desenvolvimento, assim a constituição federal do Brasil, visa que os princípios educacionais precedem do pressuposto para enfrentar. Importante destacar, que, as reformas da educação propostas pelo governo militar mudaram o modo de organização do ensino no Brasil, sendo que o 2º grau passou a ter como objetivo principal a profissionalização tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas. Portanto as escolas tiveram que elencar cursos que ofertavam as práticas que somavam mais de 100 habilitações, como auxiliar de escritório, de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. Assim ao final do 2º grau o aluno obtinha o certificado de habilitação profissional (MACHADO; CURY, 2009).

Segundo Macarini (2005), a necessidade de mão de obra fez parte do argumento do regime militar, principalmente do governo de Médici, para idealizar a reforma no ensino. Segundo o autor, a evolução da política econômica e da economia brasileira configurava o que foi posteriormente chamado de “milagre econômico”. Esse momento é marcado pelo expansionismo da indústria, logo, o país precisava de trabalhadores. O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico de formação profissional, no governo militar, era de

uma formação voltada para o modelo taylorista-fordista, que baseava na concepção de formação profissional como processo individual (SILVA, 2010). A aprendizagem era definida pelas necessidades da ocupação que seria exercida.

Desta forma, os cursos fundamentavam-se no treinamento das empresas, de qualificação profissional das agências formadoras e os médios profissionalizantes, o desenvolvimento das competências intelectuais e domínio do conhecimento científico tecnológico, tudo isso adequado aos desejos das empresas (SILVA, 2010). Conforme cita o autor as empresas começaram a investir no capital humano em qualificação profissionalizante, pois era necessário que as pessoas que fossem fazer parte da Administração empresarial tivessem tais conhecimentos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 trouxe mudanças significativas na educação, com a integração entre o ensino profissional e o ensino regular.

Contudo, a dualidade no ensino não estava superada, pois o diferente tipo de formação voltava-se para diferentes clientelas (SILVA, 2010). Em 1971, chega ao Congresso brasileiro o projeto que visa à reforma na educação profissionalizante. A reforma proposta implicava “*abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento*”², dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei n. 5.692. De acordo Saviani (2007), no congresso foi elencada mais de 300 emendas. A maioria, porém, era inócua, e não refutava os objetivos da reforma, deixando ainda mais claros os objetivos do governo. De acordo com o Jornal do Senado, os jornais comemoraram a sanção da Lei n. 5.692, em agosto de 1971. O ensino médio “objetivo e profissional” marcaria “o despertar de um Brasil novo”, diziam os editoriais. Porém, após um ano, começaram a aparecer às críticas a essa reforma, mostrando que as dificuldades para implantação de um ensino profissionalizante, como a falta de preparo para colocar as políticas em práticas, por exemplo. A reforma educacional de 1971 movimentou na composição das escolas sendo criado o 1º e 2º grau, sendo que o primeiro passou há somar 08 anos de estudo e o segundo grau ficou apenas com três anos. Ferreira e Bittar (2008) reforçam que durante o regime militar, o Estado assume uma face ideológica fundamentada no princípio da racionalidade técnica como único mecanismo político válido para a consolidação da revolução que tinha se iniciado depois de 1930. Neste processo, o regime militar programou as reformas

² Texto retirado do arquivo do Jornal do Senado. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528314/Arquivo_S_06_mar%C3%A7o_2017.pdf.pdf?sequ](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528314/Arquivo_S_06_mar%C3%A7o_2017.pdf.pdf?sequence=1) ence=1. Acesso em 1 jun. de 2019.

educacionais de 1968 e 1971, buscando estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção, ou seja, a educação era concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, que segundo Ferreira e Bittar (2008), viabilizariam o *slogan* “Brasil Grande Potência”.

Na direção desse processo, a educação deveria ser condicionada pela lógica que determinava a evolução da sociedade capitalista. Para tanto, segundo os autores, era significativo determinar a universalização da escola primária e média e, particularmente, a ênfase na questão curricular referente ao ensino de matemática e ciências naturais. No contexto do ensino superior, a elevação das vagas de cursos de graduação dirigidos para as profissões tecnológicas era entendida como parte dessa reforma. Além da estruturação de programas de pós-graduação que visavam à produção de conhecimento exigido pela demanda do crescimento da produção econômica e a capacitação para geração de ciências e tecnologias. Ao mesmo tempo em que nascia a formação de mão-de-obra para elevar a produtividade, não era possível esperar a estruturação de um sistema nacional de ensino obrigatório e universal (FERREIRA; BITTAR, 2008). De acordo com os autores os jovens brasileiros que viviam na pobreza ou miséria deveriam receber formação apenas para o trabalho ou formação paramilitar de trabalho menor. Destacam também que a política de formação paramilitar do trabalho de crianças e jovens apresentava o seguinte desdobramento: não teriam qualidade dos trabalhadores assalariados e nem os direitos.

A consequência desse processo de reforma da educação, que foi alicerçado na ideologia tecnicista, tem resultâncias até a atualidade presente no sistema educacional brasileiro. Por exemplo: a qualidade do ensino da escola pública que são remanescentes das reformas educacionais dos governos do regime militar, processos rápidos de formação que são ofertados aos jovens e a dificuldade salarial que compete aos professores; que interfere na qualidade do ensino presente nas escolas brasileiras (FERREIRA; BITTAR, 2008).

A década de 1990 é apontada pela implantação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que proporcionou várias escolas de ensino médio e técnico a oferecer ensino superior, o que as modificaria para institutos de educação superior. Nos anos de 1996 a 2003, observa-se uma transformação no quesito educacional, rastreando a revogação e a construção de atualidades nas regulamentações, pertinentes com a realidade brasileira (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Esses autores pontuam que a problematização referente à política de educação profissional, que tem como foco a produção de conhecimento na área e nas lutas sociais, direciona-se então para a disputa entre setores progressistas e conservadores

da sociedade frente à hegemonia nesse campo para o tratamento presente à educação profissional, apresentado pelo Ministério da Educação a partir do governo Lula era de reconstruí-la como política pública e retificar conceitos ou distorções de práticas decorrentes de medidas utilizadas em processos governamentais anteriores a este, que de maneira explícita desintegraria a educação profissional da educação básica, adiantariam ao aluno uma formação de referência técnica por módulos separados e isolados, assim o treinamento se de forma superficial ao que se refere à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p. 2, *apud* FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Para os autores, dentre essas correções, a revogação do Decreto n. 2208/97, é de suma importância e de relevância, para o envolvimento e as possibilidades de agregação curricular ao que se refere ao ensino médio e técnico, processo presente em ações governamentais anteriores da necessidade de que os mais pobres tinham que optar por uma das modalidades, focando o ensino profissional. Assim, por se tratar de um ato do Poder Executivo, a ele foi conferido um caráter de transitoriedade, o que fundamentou ao Congresso Nacional propor um anteprojeto de “Lei da Educação Profissional e Tecnológica”. Assim de acordo com as políticas que relacionam à educação profissional referente aos programas focais e contingentes, por exemplo: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e Inclusão de Jovens (PROJOVEM), (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Compreende-se que reordenação institucional do sistema escolar brasileiro, proporcionou alterações no formato e a maneira de entender a relação entre educação e trabalho, além de incentivar a ampliação da Educação Profissional no país. Neste sentido, é importante conhecer trajetória e o viés para buscar o mercado de trabalho com ações educativas as quais foram postas ao longo da história.

CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentamos os resultados e discussões da pesquisa de campo referente ao entendimento dos egressos para atuação, contribuição, dificuldades, perspectivas, e autoestima dos egressos do curso de cuidador de idosos e a educação profissional, objetivando a relevância da formação profissional, o curso foi ofertado pela instituição SENAC Uberaba, o qual a coleta ocorreu no período de Abril a Maio de 2019 com a proposta de avaliação do curso de cuidador de idosos e sua contribuição social, construído por meio de um questionário impresso composto por 19 questões sendo abertas e fechadas e utilizado também EAR, que resultou na participação de 51 egressos do total de 137, atingindo (52,5%), dos participantes, assim o estudo foi composto pelos egressos, com idade maior ou igual a 18 anos, do Curso de Cuidador de Idosos e excluídos aqueles que abandonaram o curso e sem retorno neste período do estudo.

Caracterização da atuação profissional dos egressos de um curso de cuidador de idosos

Dos 97 (100%), egressos, foram localizados 51, representando (52,5%), com intervalo de confiabilidade de 95% e margem de erro de 9,5%. Justifica-se a margem de erro em razão da falta de atualização cadastral, como números de telefone e endereços divergentes, mudança de cidade ou estado, por indisponibilidade e por não ter interesse em participar da pesquisa. Foram várias tentativas e meios para contato como redes sociais, telefone residencial, celular e e-mails. Dos egressos que concordaram em participar da pesquisa e responderam o questionário (**Apêndice C**), 82,4% eram do sexo feminino, com idade média de 39 anos entre elas e 17,6% do sexo masculino, com média de idade de 31 anos entre eles, com média geral de 38 anos. Verificou-se que 32 (62,7%), trabalham 31(60, 8%), possuem vínculo empregatício e 14 (27, 5%), atuam com 40 horas semanais de trabalho. Entre os 32 egressos que trabalham 65,6% atuam na área de cuidador de idosos, entretanto 20 (39,2%), egressos representando o maior percentual não recebe salário, Tabela 1.

Na **Tabela 1** está distribuída a frequência das variáveis sobre a atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba/MG, no período de 2017 a 2018.

Tabela 1. Distribuição de frequência para atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.

Variáveis	n	%
Trabalha atualmente		
Sim	32	62,7
Não	19	37,3
Vínculo empregatício		

Sim	31	60,8
Não	20	39,2
Horas de trabalho por semana		
12x36	5	16,1
40	14	45,2
36	2	6,5
Folguista	1	3,2
Trabalha na área de cuidador de idosos		
Sim	21	65,6
Não	11	34,4
Salário (em salários mínimos)*		
Sem rendimento	20	39,2
1	13	25,5
>1 a ≤ 2	14	27,5
> 2	4	7,8
Outros	9	29,0

***Nota:** valor do salário mínimo (2019).R\$ 998,00

Fonte: própria autora, 2019.

Gráfico 3 – Atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.



Fonte: própria autora, 2019.

Com o envelhecimento da população as demandas para a saúde são necessárias, assim entra em cena o profissional cuidador de idosos, o qual se torna essencial podendo ser informal ou formal. Ainda que a velhice não seja sinônimo de doenças, e com o processo do envelhecimento, naturalmente o idoso vai apresentar dependências com a necessidade de um profissional para atender as debilidades ocorridas nesta fase, portanto o cuidador

especializado atenderá estas demandas com segurança ao atendimento. Assim, de acordo com Sena *et al* (2008), o cuidador informal tem apresentado um percentual elevado e assume o idoso como responsabilidade no seu cotidiano, os mesmos estão em busca de conhecer a real atuação para tratar o idoso com qualidade e segurança. (SENA *et al.* 2008).

Os cuidadores informais estão em busca de realizar o curso para aprimoramento dos seus conhecimentos, dar ênfase na segurança e saúde, considerando uma necessidade para os cuidados com seus familiares. Destaca Nunes *et al* (2018).que o cuidador de idosos informal apresentou predominância nos estudos porém, de forma negativa, foi observado que os cuidadores relatam excluir seus afazeres .Colocam em primeiro lugar o ser cuidador, ato que se torna preocupante para sua saúde mental e física, sabendo que em sua maioria trabalham com cargas horárias longas, sem vínculos e salário e o nível de conhecimento o auxilia para reconhecer seus limites e dominar técnicas para minimizar sobrecargas no cotidiano, elevando a segurança do idoso e sua própria, com vantagens na atuação (NUNES *et al.*, 2018).

De acordo com Fonseca *et al* (2019), um grupo pesquisado mostrou a prevalência do cuidador informal se da por escolhas familiares, ressaltando a deficiência de cuidadores formais especializados. Outro grupo resalta que as condições financeiras e o processo de preservação da cultura dos idosos na família, aumentam a chance de manter o cuidador entre os familiares, com percentual notório do sexo feminino. (FONSECA *et al.*,2018).

O cuidador informal prevaleceu no estudo de Nardi, Oliveira (2008), com a presença dos filhos nos cuidados e o compartilhamento dos mesmos, ressaltando a preservação dos valores e crenças dos idosos nesta fase da vida (NARDI, OLIVEIRA, 2008).

A questão de saber quem cuidará dos idosos ganha ainda mais importância diante das novas configurações da família, a exemplo um número cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho (HIRATA, GUIMARÃES, 2012).

Contribuição do curso de cuidador de idosos para atuação profissional dos egressos

A contribuição do curso para atuar na profissão de cuidador de idosos foi relatada por 40 (78,4%), ao passo que 11(21,6%), referem que não houve contribuição na área que está atuando devido ser área distinta do curso. 47 (92,2%), referiram ter adquirido conhecimento necessário para sua atuação profissional na área, 4 (7,8%), resalta que necessitou adquirir mais conhecimentos para colocar em prática a atuação e 49 (96,1%), se sentem capacitados para atuar no mercado de trabalho. Todos os egressos 51 (100%) indicariam o curso de

cuidador de idosos SENAC para a população. A média de avaliação dos alunos do curso de cuidador de idosos referente sua formação foi de 8,94. (**Tabela 2**) (**Gráfico 2**).

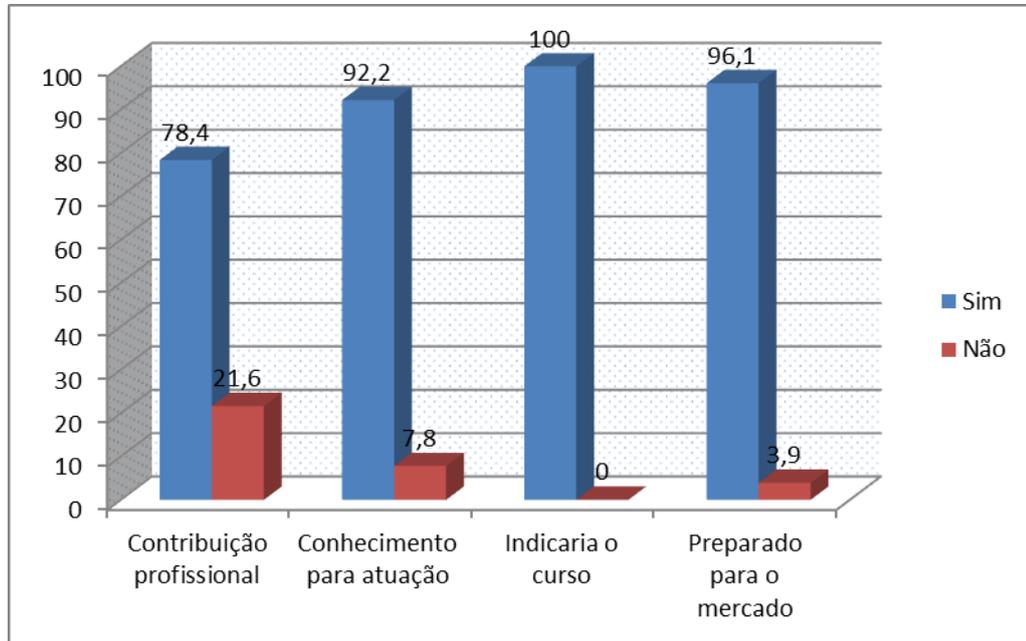
Tabela 2. Distribuição de frequência das variáveis sobre a contribuição para atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.

Variáveis	n	%
Contribuição para atuação profissional		
Sim	40	78,4
Não	11	21,6
Conhecimento para atuação no curso de cuidador de idosos		
Sim	47	92,2
Não	4	7,8
Indicaria o curso de cuidador de idosos SENAC		
Sim	51	100
Não	0	0
Capacitação para enfrentar o mercado de trabalho como cuidador de idosos		
Sim	49	96,1
Não	2	3,9

Fonte: própria autora, 2019.

O cuidador de idosos é um novo ator político no mercado de trabalho (DEBERT; OLIVEIRA, 2015), ainda há algumas indagações da função nas atividades prestadas com o conhecimento que é aplicado a esta profissão. Com a realização do curso o profissional passa a entender melhor como atuar e buscar propostas de trabalho, podendo ser formal ou informal. Os cuidadores informais estão em busca de realizar o curso para aprimoramento dos seus conhecimentos.

Gráfico 4: Contribuição para atuação profissional dos egressos no curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.



Fonte: própria autora, 2019.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sórias (RAIS), está em liderança no mercado de trabalho a busca por cuidadores de idosos. Entre 2007 e 2017 houve acréscimo de 547% na demanda, portanto há interesse em preparar o profissional para este ofício e aproveitar a procura pelo mercado de trabalho. O Jornal do Comércio informa que o sistema S oferece o curso para qualificar os profissionais, abordando conhecimentos relacionados à humanização e aos cuidados de forma integral a pessoa idosa (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

Pesquisas demonstraram que a escolaridade e capacitação influenciam na qualidade da assistência ao idoso, uma vez que o cuidador precisa seguir dietas, conhecer dosagens e vias de administração de medicamentos, realizar atendimento referente a primeiros socorros, dentre outras atividades (ARAUJO *et al.*, 2013). A capacitação, nesse ponto, está associada a capacidade de aprendizagem das pessoas, revelando-se como um laço de ligação, entre seu cuidado e do outro, facilitando a compreensão do idoso, das dificuldades encontradas e enfrentadas ao cuidar (ARAUJO *et al.*, 2013). Espera-se que um número considerável de profissionais adquira conhecimento para atuar como cuidadores fundamentando a qualidade e a segurança da população idosa.

Autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos

A média do escore total de autoestima entre os egressos do curso de cuidador de idosos foi de 35,08 ($\pm 4,24$), variando de 22 a 40 pontos.

Fatores associados a melhor autoestima dos egressos de um curso de cuidador de idosos

Vários fatores estão associados ao nível de autoestima dos egressos. Na análise bivariada, empregando-se o teste *T* de Student, verificou-se que a maior média do escore de autoestima esteve entre os egressos do sexo masculino 36,37($\pm 2,73$), que trabalha atualmente 35,78 ($\pm 3,97$), com vínculo empregatício 36,13 ($\pm 3,95$), que trabalha todos os dias 36,44 ($\pm 4,09$), que trabalha na área de cuidador de idosos 36,00 ($\pm 3,56$), e com renda maior que dois salários mínimos 36,25 ($\pm 1,50$). Destaca-se que a média do escore de autoestima dos egressos com vínculo empregatício foi significativamente maior quando comparada àqueles sem esse vínculo ($p=0,026$), (**Tabela 3**).

Tabela 3. Comparação da média dos escores de autoestima segundo variáveis sociodemográficas e de atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, Minas Gerais, 2019.

Variáveis	Média	Desvio-padrão	<i>p</i> *
Sexo			
Masculino	36,37	2,73	0,220
Feminino	34,74	4,45	
Trabalha atualmente			
Sim	35,78	3,97	0,126
Não	33,89	4,53	
Vínculo empregatício			
Sim	36,13	3,95	0,026
Não	33,45	4,26	
Horas de trabalho por semana			
Trabalha todos os dias	36,44	4,09	0,123
Não Trabalha todos os dias	34,46	4,22	
Trabalha na área de cuidador de idosos			
Sim	36,00	3,56	0,674
Não	35,36	4,82	
Salário (em salários mínimos)*			
>2	36,25	1,50	0,571
≤ 2	34,98	4,39	

Fonte: própria autora, 2019.

O autoconceito predominante no sexo feminino é menor em relação ao sexo masculino, destacando-se ainda que esta prevalência se dá porque as mulheres são “*suscetíveis e mais influenciadas pelo baixo autoconceito*”, o sexo feminino se torna mais frágil e o fator emocional apresenta um desgaste notável. A autora completa que é de fundamental importância que a função mental e social seja avaliada e acompanhada e, conseqüentemente, o ajuste para o indivíduo em que se vive um momento de baixa autoestima (SHLTHEISZ, APRILE, 2013). Para Neri (2011), as condições de escolaridade e classe social interferem na baixa autoestima das mulheres, que na maioria são mantenedoras do lar acarretando cargas extensas de trabalho externas ou internas, com dupla jornada do trabalho elevando o percentual elevado de baixa autoestima. Sabe-se também que “*o sexo feminino enfrenta um envelhecimento mais rápido, o que faz com que não se sinta mais atraente*”, pensamentos e atitudes como estas elevam negativamente sua posição de autoestima (NERI, 2011).

No presente estudo a relevância dos egressos que trabalham todos os dias revelou a autoestima elevada em relação aos que não trabalham todos os dias. Verificou-se que nenhuma das variáveis preditoras se associou significativamente ao escore de autoestima: Sexo ($\beta=0,162$; $p=0,275$); trabalha atualmente ($\beta=-0,256$; $p=0,388$); vínculo empregatício ($\beta=0,433$; $p=0,188$); horas de trabalho ($\beta=0,085$; $p=0,645$); e renda ($\beta=0,042$; $p=0,791$).

Tabela 4. Modelo final de regressão linear múltipla do escore de autoestima e variáveis sociodemográficas e de atuação profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, Minas Gerais, 2019.

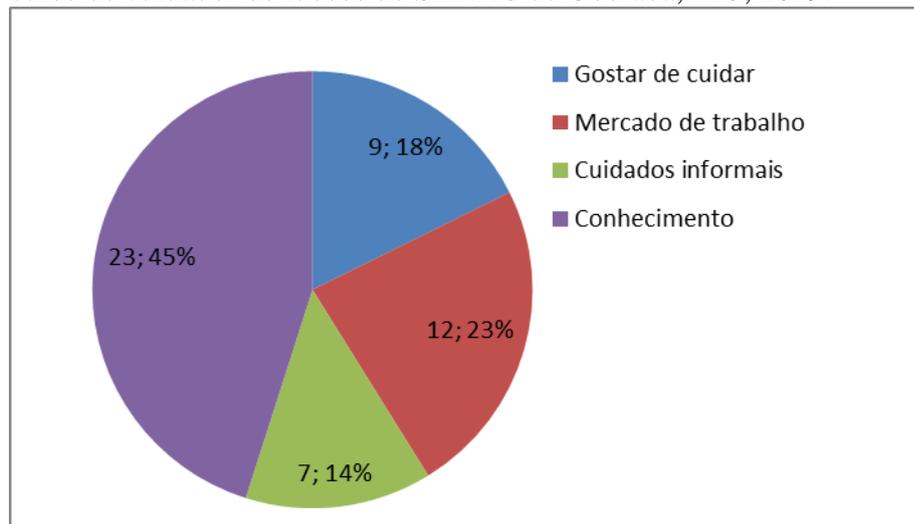
Variáveis	β	p^*
Sexo		
Feminino	1	
Masculino	0,162	0,275
Trabalha atualmente		
Não	1	
Sim	-0,256	0,388
Vínculo empregatício		
Não	1	
Sim	0,433	0,188
Horas de trabalho por semana		
Não trabalha todos os dias	1	
Trabalha todos os dias	0,085	0,645
Salário (em salários mínimos)*		
≤ 2	1	
> 2	0,042	0,791

Fonte: própria autora, 2019.

Para responder o estudo qualitativo foi utilizada a análise temática que resulta em três momentos distintos: pré-análise, exploração do material e tratamento de dados propriamente ditos (BARDIN, 1979; MINAYO, 2007). A partir da análise temática foram extraídos elementos importantes e recorrentes nos dados coletados, em relação à motivação, dificuldades encontradas na prática profissional, conhecimentos e qualidades para atuação e contribuição de um cuidador de idosos para a sociedade.

Ao realizar a pré-análise e o tratamento dos dados descritos referente à motivação (**Gráfico 5**), foi descrito pelos egressos que o sentimento que os impulsiona para seguir na realização do curso de cuidador de idosos é: gostar de cuidar, mercado de trabalho, os cuidados informais e o nível de conhecimentos.

Gráfico 5: Motivação Profissional que impulsionou os egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.



Fonte: própria autora, 2019.

A motivação que prevaleceu foi à busca do conhecimento: 23 egressos ressaltam que o conhecimento é de suma importância para atuar na área como cuidador; 12 egressos disseram que é uma área nova oportunizando a entrada ao mercado de trabalho; 7 egressos realizam o curso com a motivação de manter os cuidados informais em seus domicílios com familiares (mãe, pai e avós), ou mesmo em trabalhos voluntários para auxiliar o próximo.

✚ Gostar de cuidar

“Por gostar de ter contato com pessoas” (E9)

“Sempre tive vontade de fazer o curso, porque eu gosto de cuidar” (E1)

“A principal motivação que me levou a fazer o curso é porque eu tenho amor carinho dedicação e gosto de idosos” (E25)

Mercado de trabalho

“Ter uma profissão” (E6)

“Pelo conhecimento de área através de meus familiares” (E24)

“Ter a intenção de ingressar no ramo de cuidar de idosos” (E27)

Cuidados informais

“Moro com uma mãe que tem crise de depressão e uma avó idosa” (E7)

“Cuido do meu pai” (E8)

“Quando realizei o curso minha motivação foi cuidar dos meus pais na velhice, precisa-se de um profissional com experiência para cuidar dos meus pais, então pensei este alguém pode ser eu” (E22)

Conhecimento

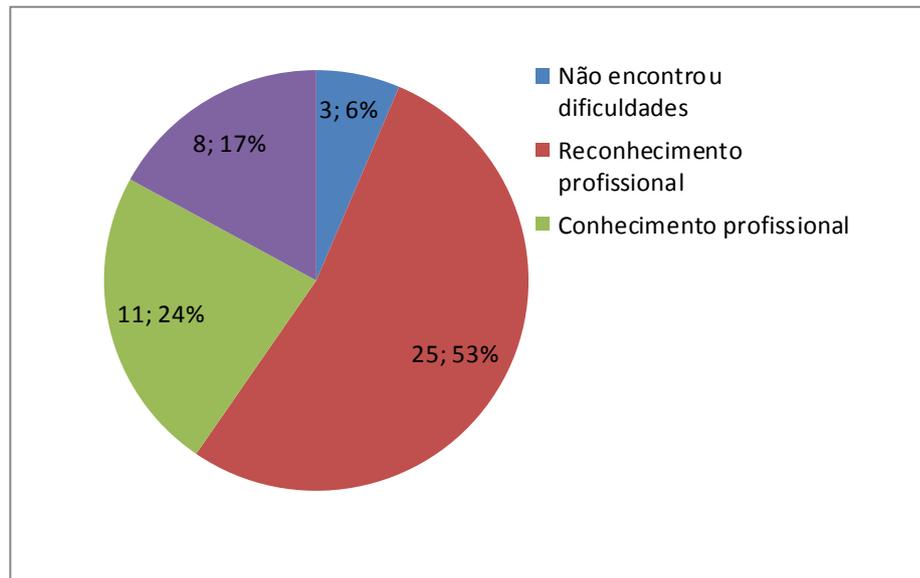
“Precisava do curso para especializar” (E10)

“Adquirir o conhecimento específico com o idoso” (E14)

“Para um aprendizado e mais conhecimentos, para quem precisa de um cuidado especial” (E32)

A motivação é a força que estimula o ser humano a buscar seus objetivos, tem aguçado os pesquisadores desde sempre a realizar pesquisas, é uma expressão que dispõe do desejo e da vontade para alcançar suas metas com disposição e produção de resultados positivos (LEONARDO; ARRIGO; ANGELINI, 1973). Assim Falko, Nberg (2000), reitera que a motivação se dá por meio de um objetivo que depende, por exemplo: da vontade, do esforço, do desejo entre outros (FALKO, NBERG, 2000). Já para Robbins Stephen (2009), a motivação é resultante da interação do indivíduo com a situação, e seu nível varia tanto de indivíduo para indivíduo, quanto em um mesmo indivíduo, em diferentes situações. Sua definição foi dada como o processo que determina a intensidade, a direção e a persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar sua meta. Os indivíduos motivados permanecem na realização de suas tarefas até atingirem seus objetivos (ROBBINS, STEPHEN, 2010).

Gráfico 6: Dificuldades Encontradas na Prática Profissional os egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC, de Uberaba, MG, 2019.



Fonte: própria autora, 2019.

As respostas referentes as dificuldades encontradas conforme **Gráfico 6** para atuar na prática profissional mostraram que: quatro (4) egressos sem resposta, três (3) não encontraram dificuldades na prática profissional; 11 destacaram que não ter o conhecimento. 8 egressos disseram que a saúde mental e física do cuidador é uma preocupação, 25 egressos pontuam o reconhecimento profissional embasando níveis salariais e respeito para com o cuidador de idosos.

✚ Reconhecimento profissional

“A sociedade atender a real necessidade da profissão de cuidador” (E2)

“Falta de interesse da família e a valorização do trabalho de cuidador” (E4)

“Falta de valor e confiança e falta de confiança do enfermo” (E12)

✚ Falta de conhecimento para atuar na área

“O manuseio de um idoso são pessoas frágeis deve ter conhecimento teórico e prático para atuar nesta profissão” (E33)

“A forma da maioria dos profissionais na sua atuação decadente sem nível de conhecimento” (E37)

“Cuidar de pacientes com alzheimer e a própria família frente à doença sem nenhum tipo de entendimento de como atuar nesta fase” (E43)

✚ Saúde física e mental do cuidador

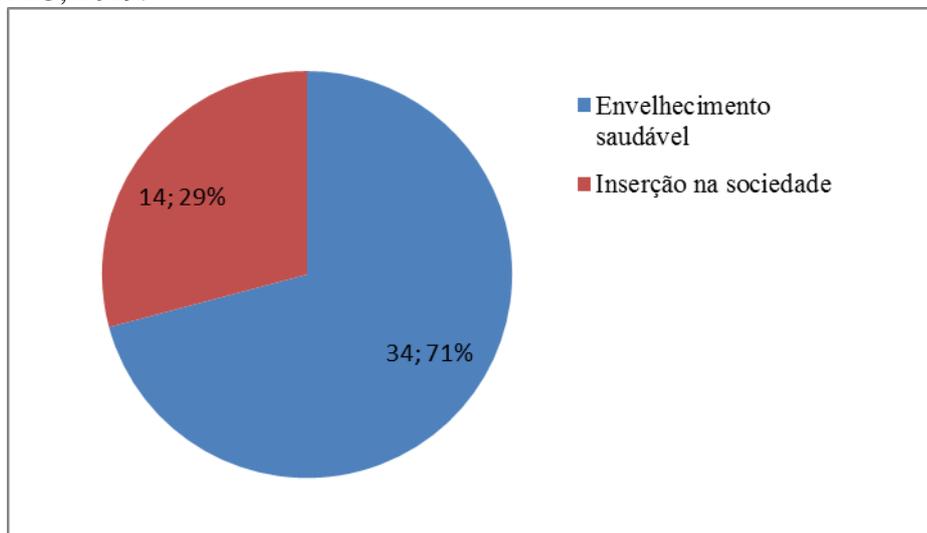
“A saúde mental do profissional” (E6)

“Postura profissional dores na coluna sobrecarga de peso” (E24)

“Há não se envolver emocionalmente com o paciente” (E26)

De acordo com as experiências profissionais dos egressos e o conhecimento para trabalhar como cuidadores de idosos, verifica-se que a profissão não é tão simples como idealizamos. A maioria trabalha como autônomo sem suporte institucional, a difícil busca pelo mercado de trabalho, as dificuldades para prestar o atendimento a um indivíduo que necessita de cuidados especiais são fatores que tornam a atividade complexa e seja necessário a obtenção de conhecimento. Pesquisadores preocupados com o cuidador e o idoso destacam a sobrecarga de trabalho, o respeito pela profissão, a busca do conhecimento para aplicar em sua função como as maiores dificuldades da atividade. (SENA *etal.*, 2008).

Gráfico 7: Contribuição social e conhecimento na Prática Profissional dos egressos do curso de cuidador de idosos do SENAC de Uberaba, MG, 2019.



Fonte: própria autora, 2019.

De acordo com o **Gráfico 7**, relativamente a contribuição social: três (3) egressos não tiveram posicionamento em questão; 14 discorrem que o idoso pode ser inserido na sociedade, com posicionamento positivo perante a terceira idade; e 34 relatam que ter um profissional preparado para os cuidados com os idosos contribui com o envelhecimento saudável.

✚ Contribuição Social e o Conhecimento na Prática Profissional

“Resgatar o idoso para a sociedade, fazer ser respeitado, qualidade de vida” (E 11)

- “Trazer ele para a sociedade, cuidar do bem-estar dele” (E15)*
- “Contribuição nos cuidados do idoso e família nas necessidades específica” (E18)*
- “Segurança e qualidade de vida” (E 23)*
- “Cuidar de quem necessita de um tratamento especial no fim da vida material” (E 32)*

Sabe-se que o envelhecimento está correlacionado à longevidade, deste modo propor qualidade de vida e envolvimento social, adicionam melhorias nas condições de saúde e envelhecimento saudável (VICENTE *et al.*, 2013; CAMPOS *et al.*, 2015).

Um dos pontos primordiais discutidos por meio das Políticas do Envelhecimento Ativo é a manutenção ou melhoria da vida. Esta é compreendida como a percepção do indivíduo na sua colocação na vida, em relação a composição dos valores e sistemas nos quais se insere, bem como seus propósitos, expectativas, padrões e preocupações (WHO, 1995 p. 1405). A relação de envelhecimento com qualidade está ligada a fatores que o indivíduo manter sua saúde tanto física como mental (SIMÕES, 2006).

O trabalho multiprofissional envolve tanto a saúde do idoso como a do cuidador. Minimizando as complicações com a saúde do idoso, naturalmente o trabalho se torna mais ameno, proporcionando qualidade de vida para ambas as partes, assim as orientações da equipe multiprofissional e a utilização do conhecimento científico proporcionam adequada postura profissional para a atuação (NUNES, *et al.*, 2018).

Sabe-se que a educação em saúde é uma maneira de propor formas de atenção que são integradas e, conseqüentemente, proporcionam condições melhores de vida, com a construção do conhecimento e o desenvolvimento (OLIVEIRA *et al.*, 2013; MOTTA *et al.*, 2014). O conhecimento em saúde propõe um estilo de vida que relaciona o profissional-indivíduo e os ambientes social e físico (OLIVEIRA *et al.*, 2013), como também o entendimento da promoção da saúde e correlação do saber científico (MOTTA *et al.*, 2014). O profissional enfermeiro, enquanto educador e componente desta equipe multiprofissional de saúde permite a elaboração de ações que melhoram o processo do cuidado. Este deve reorientar suas práticas com propósito de acolher, gerar vínculo e assistir de forma satisfatória, respeitando a história, singularidade e especificidade de cada idoso (CABRAL *et al.*, 2015).

Neste contexto, acredita-se que a contribuição social do cuidador de idosos com conhecimento para aplicabilidade da sua função, geradas por meio de conhecimento teórico e prático, determinará o desenvolvimento qualitativo para os cuidados que serão prestados a

esta população, propondo envelhecimento com independência, autonomia e inserção social. Observa-se que, diante do aumento da população idosa e da necessidade de profissionais, é interessante a realização de pesquisas que busquem aprofundar o conhecimento desta situação. Os estudos apontam para, espera-se a necessidade de um número considerável de profissionais adquirem conhecimento para atuar como cuidadores.

CONCLUSÕES

A demanda do profissional cuidador de idosos está cada vez mais emergente e é importante que a educação profissional esteja presente na sua formação, além de pesquisas que envolvam comportamentos e atuação destes profissionais, para que possam auxiliar e proporcionar conhecimentos em relação aos cuidados necessários para uma atuação eficiente e segura. Entendemos que dificuldades são enfrentadas nesta trajetória profissional e o cuidador de idosos precisa estar preparado para as condições desfavoráveis no desenvolvimento de seu trabalho, seja em domicílio ou em instituições específicas para estes cuidados. Nesta busca a educação profissional se faz necessária para atualização e inserção no trabalho e para o mercado de trabalho. Conhecemos que o cuidado com o idoso na sua prática, assim como na sua formação, possui suas fragilidades, principalmente por se tratar do Ser humano, outra vida. Esta área da saúde não permite erros e cuidar de outra pessoa não é uma tarefa que possa ser robotizada, é preciso ter senso de observação e muito conhecimento para detectar fragilidades e detalhes que nem sempre é condicionada a ação do idoso, devido a seus níveis de debilidade. Neste sentido se faz necessário fortalecer as práticas educativas, avaliar as possibilidades para o aprendizado, incentivar os egressos na profissão escolhida, mesmo sabendo que os caminhos a serem percorridos podem trazer alguns obstáculos, mas que podem ser superados a partir de uma postura profissional voltada para o reconhecimento e fortalecimento profissional. Desta maneira o reconhecimento profissional do cuidador de idosos precisa de maior atenção, como: acompanhamentos, políticas específicas e avaliação contínua das capacidades e competências de tratamento oferecidas ao idoso no Brasil. Os egressos demonstraram que, por meio do reconhecimento social, buscam agregar valores e a continuidade do estudo, bem como entendem que o curso é importante para sua formação e que a sua qualidade proporciona resultados positivos em suas vidas profissionais e possam contribuir socialmente com o seu papel. É reconhecido os valores que esta pesquisa proporciona em sua importância para o aperfeiçoamento do estudante ingresso e do egresso, no curso de cuidador de idosos, seus valores sociais, linguísticos, econômicos e simbólicos aplicados em sua formação e em sua prática social. Entretanto, aliado ao exercício de sua prática profissional e inserido junto à comunidade - como parte do vínculo social, nos encaminha aos modelos de sociedade proativa e preocupada com a saúde e cuidados dos idosos. A evolução da medicina, assim como da comunicação, é rápida neste cotidiano e a continuidade da formação nas escolas profissionais podem ser alternativas viáveis, além de ser uma forma de acompanhamento do egresso. O elo entre as escolas de capacitação profissional e o egresso do curso de cuidador de idosos sempre será o amor à profissão, a

dedicação à função a ser desenvolvida junto ao idoso e o prazer de cuidar e principalmente o fato de poder proporcionar ao idoso, qualidade de vida e segurança até o findar dos seus dias pode ser situação futura nossa e que na fase idosa poderemos necessitar de alguns cuidados específicos e que profissionais com formação adequada para este fim poderá oferecer.

No presente estudo concluiu-se que, com a formação profissional, os egressos adquiriram conhecimentos necessários para a inserção no mercado de trabalho, destacando como motivação o gostar de cuidar dos idosos, o mercado de trabalho por ser uma área nova, e pela necessidade de realização dos cuidados informais em seus domicílios com os familiares, observado como prevalência da motivação a busca pelo conhecimento. De acordo com a inter-relação do trabalho atual e sua formação prevaleceu nos cuidados o cuidador informal, os egressos relataram também que os dificultadores se compõem pelo reconhecimento profissional no mercado de trabalho e a deficiência de conhecimentos necessários por parte de cuidadores em atuação, assim a saúde mental e física se torna um fator preocupante para os profissionais do cuidador de idosos. Reconhecemos que o cuidador, seja formal ou informal, traz como contribuição social, o envelhecimento saudável, segurança, qualidade de vida e conseqüentemente o envolvimento social. A tratativa proposta do curso foi de contribuir com conhecimentos que se relacionaram aos cuidados gerais com os idosos. Obtivemos que 49 (96%), se sentem capacitados para atuar no mercado de trabalho, com média de avaliação de 8,94 e com 51(100%) de indicação do curso para outros. O escore de autoestima dos egressos obtido na amostra geral de 35,08, com uma boa média, sabendo que o escore varia de 22 a 40 pontos, porém na amostra bivariada a comparação entre o sexo masculino e feminino obteve um maior escore de autoestima o sexo masculino com a maior média de 36,37 ($\pm 2,73$) e em relação ao sexo feminino 34,74 ($\pm 4,45$).

Por fim, esta pesquisa aponta que outros trabalhos sejam realizados nesta mesma linha, a fim de observar e acompanhar, trazer alternativas para as instituições que ofertam o curso, com a finalidade de ampliar, aplicar e transformar o currículo do cuidador de idosos para adequar às mudanças e assim contribuir socialmente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, JEFERSON SANTOS; VIDAL, GLENDA.MARREIRA; BRITO, FELIPE MAROS. **Perfil dos cuidadores e as dificuldades enfrentadas no cuidado ao idoso, em Ananindeua, PA.** Rev. Bras. Geriat. Gerontol., Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.149-158, 2013.

BÁRRIOS, MARIA JOÃO; FERNANDES, ANA.ALEXANDRE. **A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica.** Revista Portuguesa de Saúde Pública, v.32, n.2, p. 188-196, 2014.

BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979

BIDEL, REGINA.MARIA ROCKENBACH. et al. **Envelhecimento ativo na concepção de um grupo de enfermeiros.** Revista Kairós Gerontologia, v. 19, n.22, p. 207-225, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2012.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL (ILC-Brasil).

Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. 1 ed. Rio de Janeiro, Brasil, 2015.

CANALI, H. H. B. **A trajetória da formação profissional no Brasil e os desafios da construção de um Ensino Médio integrado à educação profissional.** In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2009. Anais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: [tp://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf](http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2019.

CAMPOS, ANA.CRISTINA.VIANA; FERREIRA, EFIGENIA FERREIRA; VARGAS, ANDREA.MARIA.DUARTE. **Determinants of active aging according to quality of life and gender.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 7, p. 2221-2237, 2015.

CARNEIRO, PRISCILLA. OLIVEIRA. Ensino superior no Brasil e o trabalho docente. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba**, v. 1, n.1, p. 154-102, 2013.

CNC-SESC-SENAC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **CNC-SESC-SENAC: um sistema integrado a serviço do Brasil** / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017

CABRAL, JULIANA ROCHA; ALENCAR, DANIELLE LOPES; VIEIRA, JULIA CASSIA MIGUEL et al. **Oficinas de educação em saúde com idosos: uma estratégia de promoção da qualidade de vida.** Rev. Enf, v. 1, n.2, p.71-75, 2015.

DAWALIBI NATHALY; WEHBE,GOULART RITA; MARIA MONTEIRO; PREARO, LEANDRO CAMPI. **Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 8, p. 3505-3512, 2014.

DEITOS, ROBERTO ANTONIO; LARA, ANGELA MARA BARROS. **Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional.** Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 64, p. 165-168, 2016.

DINI, GAL MOREIRA; QUARESMA, MARINA RODRIGUES; FERREIRA LYDIA MASAKO. **Adaptação cultural e validação da versão brasileira da escala de auto-estima de Rosenberg**. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, v. 19, n. 1, p. 41-52, 2004

_____. Decreto n. 5154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o parágrafo 2 do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 de jul. 2004. P.18. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 12 de abr. 2018.

FERREIRA, AMARILIO JUNIOR; BITTAR, MARISA. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Cadernos Cedes, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008.

FONSECA, ANTONIO, M. **Desenvolvimento psicológico e processos de transição adaptação no decurso do envelhecimento**. In: PAÚL, CONSTANÇA; RIBEIRO, OSCAR (Org.). Manual de gerontologia. Lisboa: LIDEL, 2012. p. 95-106.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO; CIAVATTA, MARIA; RAMOS, MARISE. **Uma política de educação profissional no governo Lula: uma trajetória histórica controvertida**. Revista Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**. Subsídios para as projeções das populações, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv93322.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2019.

KARSCH, URSULA. M. **Idosos dependentes: famílias e cuidadores**. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, p. 861-866, 2003.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2003.

_____. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1994.

LIMA-COSTA, MARIA FERNANDA; VERAS, RENATO. **Saúde pública e envelhecimento**. Caderno de Saúde Pública, v.19, n. 3, p.700-1, 2003.

MARQUES, DENISE, TRAVASSOS.; PACHANE, GRAZIELLA,GUSTI. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educ. Pesqui.** vol.36 no.2 São Paulo May/Aug. 2010

MACARINI, JOSÉ. PEDRO. Uma política econômica do governo Médiçi: 1970-1973. **Nova econ.** Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005.

MACHADO, L. R. S; CURY, C. R. J. Integrating Education and Work: The Status of Vocational Education in Brazil. In: MACLEAN, R; WILSON, D. N. (Org.). **International handbook of education for the changing world of work: bridging academic and vocational learning**. 1ª ed. Bonn: UNESCO-UNEVOC / Springer, 2009. p. 637-648.

Disponível em: < <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Unesco-Unevoc-Texto-completo.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

- MAIA, CARLOS MANUEL LEITÃO. Identificação dos principais fatores determinantes do envelhecimento ativo na população idosa do Distrito de Castelo Branco, Portugal. **INFAD Revista de Psicologia**, v.2, n. 2, p. 159-174, 2017.
- MANFREDI, SILVIA MARIA. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- MARTINS, SOFIA SILVA. **Envelhecimento ativo e o seu reflexo na qualidade de vida dos idosos**. 2017. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Lusíada, Lisboa.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Saúde. **Apresentação cartográfica PDR-2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/APRESENTACaO%20CARTOGRAFICA%20PDR-2011.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2019.
- MINAYO, MARIA CECILIA SOUZA. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p
- _____. Ministério da Saúde. **Orientação para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes-coleta-analisadosantropometricos.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2019.
- NARDI, EDILEUZA FATIMA ROSINA; OLIVEIRA, MAGDA LÚCIA FÉLIX. Conhecendo o apoio social ao cuidador familiar do idoso dependente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 29, n. 1, p. 47, 2008.
- NERI, ANITA LIBERALESKO. (ORG). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas: Alinea, 2011.
- NETTO, M.P. O Estudo da Velhice: histórico do envelhecimento e da velhice. In: FREITAS, E.V.; CANÇADO, F.A.X.; DOLL, J.; GORZONI, M.L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; p. 3-13, 2011.
- NUNES, DANIELA PIRES. et al. Cuidadores de idosos e tensão excessiva associada ao cuidado: evidências do Estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, p. e180020, 2018
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde (WHO)**. OPAS, 2005.
- PAÚL, CONSTANÇA; RIBEIRO, OSCAR. E. TEIXEIRA, LAELITA. Active ageing: An empirical approach to the WHO Model. **Current Gerontology and Geriatrics Research**, v. 2012, p. 1-10, 2012.
- _____. **Portaria 1.395, de 10 de dezembro de 1999**. Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1999.
- _____. **Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e determina outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2006.
- ROCHA, MICHEL PATRICK FONSECA; VIEIRA, MARIA APARECIDA; SENA, ROSENI ROSÂNGELA. Desvelando o cotidiano dos cuidadores informais de idosos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n.6, p. 801-8, 2008.
- ROBBINS, STEPHEN. **Comportamento Organizacional**. 11 ed. São Paulo: Pearson

Prentice Hall, 2010.

SANTOS, J. A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, ELIANA. MARIA. TEIXEIRA., FARIA, LUCIANO.MENDES; VEIGA, CYNTHIA.GREIRE (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, DERMEVAL. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2007.

SAMPAIO, Aline Melo Oliveira et al. Cuidadores de idosos: percepção sobre o envelhecimento e sua influência sobre o ato de cuidar. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 590-613, 2011.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília (DF), p. 192, 2007

SILVA, LUCIANO. PEREIRA. Formação profissional no Brasil: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. **História** (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 394-417, 2010.

SIMÕES, ANTÔNIO. **A nova velhice: um novo público a educar**. Porto: Ambar, 2006.

SOLVIS. **Cálculos de amostragem**. Disponível em <<https://www.solvis.com.br/calculos-de-amostragem>>. Acesso em 7 jun. 2019.

SCHNEIDER, RODOLFO HERBERTO; IRIGARAY, TATIANA QUARTI. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Estudos de Psicologia, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization. **Quality of Life assessment (WHOQOL)**: position paper from the World Health Organization. Soc Sci Med, v. 41, n.10, p.1403-1410, 1995.

VERAS, RENATO PEIXOTO; OLIVEIRA, MARTHA. Envelhecer no Brasil: **a construção de um modelo de cuidado**. Ciência & saúde coletiva, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

VICENTE, FERNANDA REGINA; SANTOS, SILVIA. MARIA. AZEVEDO. **Multidimensional evaluation of determinants of active aging in older adults in a municipality in Santa Catarina**. Texto Contexto Enfer, v. 22, n.2, p. 370-8, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**.

Brasília, OPAS, 2005. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em 4 Jul. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global health observatory data repository**. WHO, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Toronto declaration on the global prevention of elder abuse** [Internet]. Geneva: WHO; 2002.

AValiação DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.

Convidamos você a participar da pesquisa AValiação DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O objetivo desta pesquisa é avaliar a formação dos egressos do curso de cuidador de idosos no SENAC e verificar suas contribuições sociais com relação ao trabalho e ao mercado de trabalho. Sua participação é importante, pois os avanços na área da educação correlacionados a saúde ocorrem através de estudos como este, por isso a sua participação é importante.

Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário participar de um questionário composto por 11 (onze), questões fechadas e 8 (oito) questões abertas, que aborda a relação referente a formação profissional e a inserção ao mercado de trabalho e os obstáculos que podem apresentar, principais motivações, habilidades profissionais e a importância da profissão para a sociedade, e a Escala de autoestima de Rosenberg composta por 10 questões. Sendo o local da pesquisa a cidade de Uberaba-MG, e o questionário terá um tempo estimado médio de duração de 20 min.

Os riscos desta pesquisa são a possibilidade de perda de confidencialidade que será minimizado com a utilização de codificação que garantirá o anonimato dos participantes. Salienta-se que os participantes poderão recusar-se a participar da pesquisa/entrevista ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma.

Considerando ainda a formação dos pesquisadores, conta-se com os recursos humanos e materiais necessários, garantindo o bem-estar dos participantes da pesquisa e a diminuição dos desconfortos e riscos apresentados acima em todos os aspectos para o pesquisado.

Espera-se que o benefício decorrente da participação nesta pesquisa seja contribuir para mapear a real situação do curso no contexto da sociedade e do trabalho, envolvendo suas contribuições para aprimorar o processo econômico, social e profissional dos egressos, fornecendo dados reais para a elaboração do projeto do curso com novas formas de desenvolver, qualitativamente, seus estudos teóricos e suas práticas cotidianas.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas à sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores, ou prejuízo quanto poderá obter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no seu atendimento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois você será identificado com um número. Bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Contato dos pesquisadores:

Pesquisador (es):

Nome: Maria Cleonice de Sousa

E-mail: mcleosousa@yahoo.com.br

Telefone: (34).999719215

Endereço: Av. Alexandre Barbosa nº 499 - Bairro Mercês Uberaba/MG - CEP: 38060200

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34).3700-6776, ou no endereço Rua Madre Maria José, 122, Bairro Nossa Senhora da Abadia – Uberaba – MG – de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto a sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o serviço que estou recebendo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo, **AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** e receberei uma via assinada deste documento.

Uberaba,//.....

Assinatura do Egresso

Assinatura da pesquisadora responsável

Telefone de contato dos pesquisadores:

Maria Cleonice de Sousa (34). 999719215

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

- 13- Quais as principais dificuldades encontradas na prática profissional?
- 14- Qual a contribuição social de um cuidador de idosos?
- 15- Quais as habilidades profissionais que um cuidador de idosos deve ter para sua atuação?
- 16- Quais as qualidades ou preparação técnica que o indivíduo deve ter para enfrentar a atividade de um cuidador de idosos?
- 17- Você alcançou no curso de cuidador de idosos sua preparação para enfrentar o mercado de trabalho?
- Sim Não
- 18- Conte um pouco da sua experiência como profissional.
- 19- Existe mais algum detalhe que queira relatar?

ESCALA DE AUTOESTIMA DE ROSEMBERG

Leia cada frase com atenção e faça um círculo em torno da opção mais adequada:

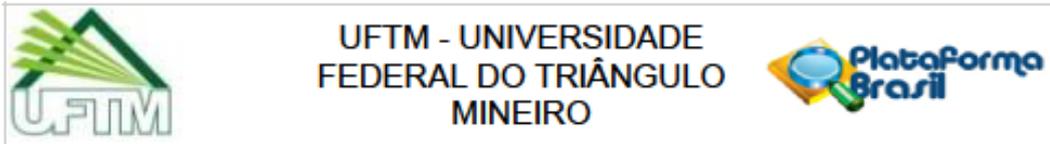
1. Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas.
(1). Discordo totalmente (2). Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
2. Eu acho que eu tenho várias boas qualidades.
(1). Discordo Totalmente (2). Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
3. Levando tudo em conta, eu penso que eu sou um fracasso.
(1). Discordo Totalmente (2) Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
4. Eu acho que sou capaz de fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.
(1). Discordo Totalmente (2) Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
5. Eu acho que eu não tenho muito do que me orgulhar.
(1). Discordo Totalmente (2) Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
6. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo.
(1). Discordo Totalmente (2) Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente
7. No conjunto, eu estou satisfeito comigo.
(1).Discordo Totalmente (2) Discordo (3).Concordo (4) Concordo Totalmente
8. Eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesmo.
(1).Discordo Totalmente (2) Discordo (3).Concordo (4) Concordo Totalmente

9. Às vezes eu me sinto inútil.

(1). Discordo Totalmente (2) Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente

10. Às vezes eu acho que não presto para nada.

(1). Discordo Totalmente (2). Discordo (3). Concordo (4) Concordo Totalmente



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.

Pesquisador: MARIA CLEONICE DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09388918.9.0000.5154

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.241.522

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

"A Educação Profissional no Brasil: A política educacional brasileira sofreu avanços e retrocessos em relação à educação básica, principalmente no ensino médio e na educação profissional (CANALI, 2009). Nesse sentido, é importante compreender o percurso da educação profissional no Brasil e suas regulações. O tema "Educação Profissional" é bastante frequente em pesquisas nacionais (MANFREDI, 2002), que adotam abordagens teóricas diferentes e na maioria das vezes privilegia a ótica institucional, focando no sistema educacional brasileiro e suas políticas públicas. Manfredi (2002) destaca que nos últimos anos vem crescendo o interesse por investigar as relações entre educação e trabalho, em uma perspectiva histórico-crítica, o que estrutura o processo de trabalho.

A educação, assim como qualquer outra ação ou atividade exercida pelo homem, nas sociedades primitivas exigiam espontaneidade e criatividade. O processo de ensino e de trabalho era comum aos que viviam em comunidade, como um processo de produção de existência (CANALI, 2009).

A Educação Profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

Nas décadas de 30 e 40, com a consolidação da industrialização no Brasil, algumas mudanças foram necessárias no campo da educação, tais como as práticas e ideias sobre o ensino profissional e a sua necessidade de institucionalização para se adequar ao modelo brasileiro de desenvolvimento industrial (CNC-SESC-SENAC, 2017). No ano de 1940, surgiu a iniciativa de

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br